

Respeito na Escola

4ª EDIÇÃO
REVISTA e
AMPLIADA

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S



Respeito na Escola

4ª
EDIÇÃO
REVISTA e
AMPLIADA

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

Ana Lucia Catão | Celinha Nascimento | Maria da Paz Castro

São Paulo | 2020

Respeitar
é preciso





Instituto Vladimir Herzog

Direção executiva

Rogério Sottili

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

Coordenação executiva

Hamilton Harley

Equipe educacional

Ana Lucia Catão

Celinha Nascimento

Crislei Custódio

Maria da Paz Castro

Rogê Carnaval

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R434

Respeito na escola / Celinha Nascimento, Ana Lucia Catão, Maria da Paz Castro (autoria); Maria Paula Zurawski, Rogê Carnaval (colaboração); Neide Nogueira (coordenação); Ana Rosa Abreu (direção); Lúcia Brandão (ilustrações) – 4.ed. – São Paulo, SP: Vlado Educação, 2020.

128 p. il.: Color. 20 x 20 cm (Série “Educação em Direitos Humanos”)

ISBN 978-65-86248-04-3

Contém bibliografia.

Caderno integrante da série “Educação em Direitos Humanos”, do Projeto Respeitar é Preciso!, composto de sete volumes, compartilhando orientações, subsídios e sugestões para implementação da cultura da Educação em Direitos Humanos (EDH) nas escolas brasileiras.

1. Direitos humanos. 2. Respeito na escola. 3. Educação em Direitos Humanos – ambiente escolar. I. Título. II. Nascimento, Celinha. III. Castro, Maria da Paz. IV. Maria Paula Zurawski. V. Carnaval, Rogê. VI. Brandão, Lúcia.

CDU 37.06+342.7:177.1

Bibliotecário Jônatas Souza de Abreu, Me. CBR 15-179

Gestão de conteúdo do portal

Carol Baggio

Colaboração

Maria Paula Zurawski

Rogê Carnaval

Consultoria

Flávia Schilling

Maria Victoria Benevides

Educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo que contribuíram com pareceres para esta edição

Assistência editorial e revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplicação, desde que respeitados os direitos autorais e citadas adequadamente as fontes.

SUMÁRIO

Prólogos	5
Carta para as educadoras e os educadores	9
Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!	15
1. Uma proposta para toda a escola	15
2. Objetivos do Projeto	20
3. Metodologia	21
4. Operacionalização do Projeto	28
5. Antes de começar...	36
Uma escola respeitosa para todas e todos	41
Respeito mútuo e Direitos Humanos	43
Direitos Humanos: afinal, do que estamos falando?	50
Educação em Direitos Humanos	54
Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos	63
Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola	67
Plano de ação	103
Bibliografia	
1. Direitos Humanos	110
2. Educação em Direitos Humanos	120
3. Métodos e experiências sobre democracia, processos participativos, diálogo e conflitos na escola	123

PRÓLOGOS

Sim, Respeitar é Preciso!

Se as novas gerações representam o futuro do Brasil, para que o país caminhe bem até lá, precisamos de uma atenção especialíssima para com as nossas crianças e os nossos jovens. Um foco mais amplo do que a formação de mão de obra especializada: a preparação dos cidadãos de amanhã. As demandas do mercado global e as profissões têm mudado com uma velocidade difícil de acompanhar. Assim, a formação profissional não mais garante emprego nem renda. Nesse cenário, como conseguir uma sociedade mais livre, justa e solidária como preconiza o artigo 3.º da nossa Constituição?

Vemos a iniciativa do Projeto Respeitar é Preciso! como um caminho necessário para que possamos responder à indagação anterior. Por meio da Educação em Direitos Humanos, no exercício cotidiano de valores agregadores da cidadania (liberdade, dignidade, solidariedade, democracia, justiça, paz), podemos fomentar em nossas crianças e adolescentes a construção de um país e de um mundo melhor.

Em Goiana, no Estado de Pernambuco, em parceria com a Klabin, o Fórum Goiana em Ação, a Secretaria Municipal de Educação e Inovação e o Instituto Vladimir Herzog iniciam, neste ano de 2020, a implementação do Projeto Respeitar é Preciso!, trazendo a esperança desses dias melhores. O Projeto chega a uma região de gritantes desigualdades sociais, à semelhança de tantos outros recantos do país. Além disso, encontra uma rede de serviços públicos devastada por um histórico de desventuradas representatividades políticas, inclusive a escola, em que direitos básicos são desprezados, e a população sequer os conhece para reivindicá-los.

Nesse contexto, a própria escola local, o nosso ponto de partida, ainda não teve a oportunidade de implementar uma Educação em Direitos Humanos, pedagogia que pode libertar as gerações futuras para possibilidades de progresso social e humano. Aqui, hoje, esses valores ressoam como tão distantes que, de início, poderão causar certa estranheza entre os atores envolvidos diretamente nesse processo (profissionais, estudantes, familiares, responsáveis e comunidade). Afinal, já no século XVI, o filósofo francês Étienne de La Boétie nos advertia: “Ser tiranizado, em vez de governado, pode ser um infeliz e estranho vício”.

Plantemos, então, uma semente em terreno fértil. Lugar melhor não há do que o coração de nossas crianças e adolescentes, ainda assaz idealistas, esperançosos e a salvo de nossos “vícios” adultos, do nosso conformismo. Igualmente, a iniciativa frutificará no espírito de muitos educadores vocacionados. Ademais, o respeito, como primeiro e intuitivo mote, foi uma excelente escolha, capaz de inspirar e nortear os mestres, assim como atrair os mais jovens nesse despertar para valores indispensáveis à convivência humana harmoniosa: os Direitos Humanos.

Também alvissareira foi a opção pela escola. Lá se encontram tanto a infância quanto a juventude, tanto a merenda e a brincadeira quanto a experiência da convivência e a novidade do saber. Para muitos, uma dura realidade, a escola também fornece o que se devia ter em casa, na família, mas não há: comida, atenção, respeito etc.

Assim, não temos dúvida: respeito tem tudo a ver! Queremos conhecer, vivenciar e mudar o mundo. Bem-vindo, Respeitar é Preciso!

Tito Lívio Araújo Monteiro

Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Goiana (PE)

É um privilégio para o município de Goiana manter parceria com o Instituto Vladimir Herzog e usufruir do **Projeto Respeitar é Preciso!**, que tem como meta a Educação em Direitos Humanos. É com satisfação que recebemos a coleção de cadernos do **Respeitar é Preciso!**, a ser distribuída para todos os professores das escolas municipais.

Há mais de uma década, o Instituto Vladimir Herzog mantém o compromisso de trabalhar, por meio de sua área de educação, na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática, pautada pelo respeito mútuo. É assim que o **Respeitar é Preciso!** dialoga com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Somos conscientes de que não há outra maneira de disseminar a Educação em Direitos Humanos a não ser por meio dos valores que a definem: liberdade, igualdade, solidariedade, cooperação, justiça, tolerância e paz.

Acreditamos no alcance exponencial desse projeto em Goiana, onde a unidade escolar é apenas um ponto de partida. Dessa forma, o uso do material do **Respeitar é Preciso!** será um legado importante no cuidado das relações humanas no ambiente escolar, nas associações de moradores, na comunidade e em todos os espaços de convivência.

Eduardo Honório Carneiro e Osvaldo Rabelo Filho

Prefeito em exercício e prefeito licenciado de Goiana (PE)

Acreditamos que a convivência civilizada e pautada no respeito faz da escola um ambiente ideal para a construção de saberes e direitos que sustentam ações de formação, proteção e defesa dos direitos humanos e da democracia.

O Instituto Vladimir Herzog acredita no poder incomparável da escola e, por isso, disponibiliza para os professores das escolas municipais a coleção de cadernos do **Projeto Respeitar é Preciso!**, composta por sete títulos: *Respeito na Escola*, *EDH para Todas as Idades*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação*, *Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola* e *Mediação de Conflitos*.

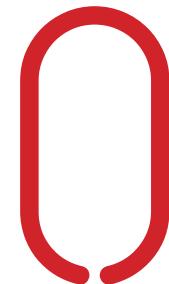
Esse material constituirá uma ferramenta importante como suporte para ações de formação de toda a comunidade escolar, garantindo a cultura de respeito à dignidade humana e assegurando a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, sem distinção de raça, orientação sexual, nacionalidade, etnia, identidade de gênero, classe social, deficiência, geração e religião.

Sabemos que a disseminação desses valores na prática do dia a dia é um movimento contínuo e essencial para a garantia da cidadania e da qualidade da educação. Assim, devemos oferecer aos estudantes condições de compreender que a Educação em Direitos Humanos acolhe as diferenças, promovendo o diálogo. É o que desejamos das relações dentro e fora das nossas escolas. Este é o nosso desafio!

Edjanete Maria Valença da Silveira

Secretaria de Educação e Inovação de Goiana (PE)

CARTA PARA AS EDUCADORAS E OS EDUCADORES



Projeto Respeitar é Preciso! foi elaborado pelo Instituto Vladimir Herzog com a finalidade de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica (de 2013), apoiando as escolas para tornar essas diretrizes parte intrínseca do seu trabalho educativo.

Para tanto, este material foi organizado de modo a subsidiar a prática escolar, mas sem engessá-la. Cada escola fará o uso que considerar mais adequado a seu contexto, sua equipe, sua comunidade, sua história, enfim, suas condições humanas, materiais, de tempo e espaço. O Respeitar é Preciso! existe para orientar e “estar junto” nessa empreitada.

Além de suporte para as ações na escola, este material tem como objetivo orientar o processo de formação continuada, que, com a interlocução e a assessoria da equipe do Instituto, tematiza as práticas desenvolvidas para a implementação da Educação em Direitos Humanos (EDH).

O conjunto desta publicação inclui sete cadernos, sendo dois complementares entre si (*Respeito na Escola* e *EDH para Todas as Idades*) e mais cinco cadernos temáticos (*Sujeitos de Direito*, *Democracia na Escola*, *Diversidade e Discriminação*, *Respeito e Humilhação* e *Mediação de Conflitos*).

Este caderno *Respeito na Escola* traz uma parte intitulada “Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!” (com o desenho do Projeto, os seus objetivos, a metodologia e as orientações gerais para encaminhar as ações em cada escola) e uma segunda parte intitulada “Uma escola respeitosa para todas e todos” (com as propostas de atividades organizadas em blocos, por tema, de modo que cada escola construa o seu próprio percurso, definindo a sequência que melhor atende às suas características, ao seu histórico com as temáticas e às suas possibilidades).

As atividades deste caderno foram pensadas para sensibilizar e para promover a reflexão sobre Direitos Humanos (DH), Educação em Direitos Humanos e sobre o cotidiano escolar, para fazer um mapeamento de questões de respeito e desrespeito na escola e subsidiar a elaboração de um plano de ação. Entre elas, há momentos de trabalho em grupo e momentos individuais, voltados para reflexões e ações, possibilitando a construção de um espírito coletivo que escuta, pensa, reflete, faz e celebra junto todas as suas conquistas. As atividades são entremeadas de textos de apoio para leitura complementar.

Nos demais cadernos, vocês encontrarão subsídios para orientar o trabalho com os alunos nas diferentes etapas da escolaridade e na abordagem dos outros cinco temas, com textos e orientações de atividades, como forma de apoiar a prática da EDH na escola.

Os materiais do Projeto, outros textos, notícias, dicas de leitura e indicação de filmes estão disponíveis no portal respeitarepreciso.org.br, espaço virtual em que uma grande quantidade de ferramentas e documentos está à disposição de todas e todos. O

portal é um espaço de informação, interação e construção conjunta deste projeto. Por isso, convidamos a todas e todos para conhecer o Projeto Respeitar é Preciso!

Entendemos que, para que a escola se torne um espaço em que os Direitos Humanos sejam vivenciados, ela precisa se olhar, se pensar e se organizar com essa finalidade. Assim, a EDH pressupõe o trabalho conjunto de toda a equipe escolar (direção, equipe gestora, coordenação, professores, profissionais de apoio, alunos, familiares e outros adultos responsáveis pelos alunos) e um processo de formação intimamente ligado às próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir vivências respeitosas para alunos e educadores de forma geral.

Esse é o espírito que sugerimos que seja mantido, adaptando o Projeto para cada realidade, fundindo, modificando, reduzindo ou ampliando as atividades aqui encontradas. Fruto de um trabalho conjunto, esse projeto foi construído em processo. Convidamos a todos para continuá-lo, criando formas próprias de atuar.

Boa leitura e bom trabalho!

Vlado Educação/Instituto Vladimir Herzog

//

(...) A Assembleia Geral da ONU proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos, tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.”

Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos



Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”

Vladimir Herzog

Trabalhar com Educação em Direitos numa escola significa promover *educação em valores* desde a Educação Infantil, por meio de experiências de respeito mútuo que incluem a *todas e todos* que fazem parte dela. Trata-se de fazer do convívio escolar e dos próprios processos de ensino e de aprendizagem ocasiões para vivenciar valores como dignidade, liberdade, solidariedade, igualdade, equidade, justiça e paz, que têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar.

1. UMA PROPOSTA PARA TODA A ESCOLA

A educação é um processo longo e complexo, que não se limita ao espaço da sala de aula, nem tampouco à relação entre os professores e os alunos. Podemos dizer que todo e qualquer sujeito envolvido na rotina escolar está comprometido com o fazer educativo e compõe com os demais uma grande rede de relações em que todas as ações podem ser consideradas educativas, pois a educação acontece em todos os espaços e momentos do cotidiano escolar.

Funcionários, gestores, coordenadores pedagógicos e também os professores circulam pela escola em diferentes situações. Assim, todos os adultos, ao se relacionar com os alunos, exercem influência educativa pelo modo como realizam o seu trabalho, pela forma como se relacionam entre si e com os alunos, pelos valores com que orientam as suas práticas e as suas atitudes. Ainda que as suas ações pareçam ser banais e não ter, *a priori*, uma finalidade educativa.



Os porteiros das unidades educacionais, por exemplo, demonstrarão respeito quando, ao viabilizar o acesso à escola, acolherem a todos cumprimentando, buscando resolver dificuldades, sendo solícitos, responsáveis, sem discriminar quem quer que seja, independentemente de suas condições, aparência, origem etc. E também atuarão com justiça ao não oferecer privilégios a determinadas pessoas, abrindo exceções ou colocando impedimentos para algumas.

Os profissionais encarregados da limpeza e da organização do espaço escolar, assim como as pessoas que se encarregam da sua manutenção (encanador, eletricista, pedreiro, entre outros), também podem oferecer aos alunos um modelo de atuação respeitosa, que se evidencia nos cuidados que dispensam ao espaço, à segurança, à organização e à comunicação que acontecem na escola, uma vez que, por meio do seu trabalho, constroem um ambiente limpo, organizado e agradável para que todos possam trabalhar e estudar em condições propícias, sentindo-se, assim, respeitados.

Não menos importantes são os profissionais responsáveis pela alimentação dos alunos. Nesse setor da escola, podemos encontrar uma série de ações que contribuem claramente com a educação, buscando oferecer a todos uma alimentação saudável, se relacionando com os alunos todos os dias, respeitando o gosto e a cultura de cada um e cuidando para a manutenção de um ambiente em que seja possível se alimentar de maneira tranquila e agradável.

Todos esses profissionais influenciam as formas de convívio e, portanto, serão considerados educadores e serão respeitados pelos alunos da comunidade escolar, man-



tendo uma posição que valorize o trabalho que fazem, demonstre e fortaleça a dignidade com que todos devem ser tratados. Esse respeito e a autoridade dele decorrente também são construídos pela forma como cada um desses profissionais atua na sua função.



O “lugar social” que esses profissionais ocupam na escola, a forma como são tratados pelos demais adultos, o valor atribuído ao seu trabalho, o atendimento de suas necessidades, o costume e as práticas cotidianas que definem a sua participação na comunidade escolar dizem algo aos alunos sobre o relacionamento entre as pessoas, sobre igualdade e desigualdade, sobre respeito e reconhecimento da dignidade humana. E, em algum momento, todos eles precisam tomar atitudes em relação aos alunos, atuar em situações que os envolvem, orientá-los etc. Portanto, essa influência educativa sempre acontece, quer se tenha ou não intencionalidade e consciência dela.

Assim, ao propor que a escola seja tomada como espaço da Educação em Direitos Humanos, é essencial que esses educadores sejam incluídos na reflexão coletiva sobre como fazer isso, que saiam da invisibilidade ou mesmo da “coisificação” em que às vezes permanecem, como no caso em que não são sequer chamados pelo nome (“tia da limpeza”, “moço da portaria”). É fundamental que a dimensão educativa da sua participação seja reconhecida e que eles também sejam respeitados.



É preciso ter consciência de que construir e manter na escola um ambiente em que as relações são baseadas na justiça e na igualdade é uma tarefa que pressupõe o compromisso de cada um e de todos com a prática do respeito mútuo. Em outras palavras, **todos os adultos da escola são responsáveis pela educação dos alunos, são igualmente importantes e precisam estar juntos nessa jornada.** Portanto, a implementação de um projeto como o Respeitar é Preciso! tem de considerar os diferentes espaços que esses adultos ocupam na instituição escolar, bem como as relações que se estabelecem com base nesses lugares e o papel educativo de cada um deles.



Histórico

O Projeto Respeitar é Preciso! teve início em 2014 por meio de um convênio entre o Instituto Vladimir Herzog (IVH) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC-SP), com a intenção de construir, em diálogo com algumas escolas da cidade, um material e uma proposta de formação em EDH a serem posteriormente estendidos para toda a rede de ensino paulistana.

Como é essencial que este material dialogue com a realidade das escolas, com todos os integrantes da comunidade escolar e com as especificidades dos diferentes segmentos da escolaridade (Educação Infantil e Ensino Fundamental), para a sua elaboração, em 2014, utilizamos duas estratégias: 1) Realização de uma pesquisa qualitativa, na forma de grupos focais, com professores, alunos, gestores, familiares e funcionários; 2) Realização de um curso sobre EDH, com dois módulos voltados a todos os integrantes das comunidades escolares das regiões dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) criados pela SMDHC-SP e um voltado aos gestores das escolas que integraram o Projeto naquele momento. Em 2015, o material foi utilizado por 21 escolas paulistanas como suporte para ações formativas *in loco*, realizadas pela equipe de formadoras do IVH.

Isso tudo nos permitiu compreender como as escolas vivem a questão do respeito mútuo, bem como ir construindo o material e submeter parte dele à avaliação dos participantes dos cursos, o que nos possibilitou, com o auxílio dos especialistas consultores do Projeto, detectar e rever os pontos fracos e fortes do que estávamos produzindo.

Em 2016, um novo convênio foi firmado, dessa vez com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), para a concretização da meta inicial de estender o Projeto às demais escolas da rede. Ao longo dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, o material do Projeto foi utilizado em diferentes situações nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo por educadores e por alunos e nas ações de formação do Respeitar é Preciso! com professores e integrantes das Diretorias Regionais de Educação (DREs).



Uma segunda edição do material do Projeto Respeitar é Preciso! (lançada em 2016) incorporou a experiência de sua realização nas escolas durante o ano de 2015, além de pareceres e trocas com a Diretoria de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e com os seus núcleos, das diferentes coordenações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e de contribuições de consultores especialistas, o que enriqueceu e aprimorou o texto e a organização gráfica para melhor cumprir a sua função.

Ao longo de 2019, foi elaborada a terceira edição, que trouxe os avanços construídos nas práticas e no trabalho formativo realizado junto às treze Diretorias Regionais de Educação de São Paulo, suas equipes técnicas e educadores integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos das escolas, o que resultou em mudanças editoriais, atualizações, maior articulação com o Currículo da Cidade e a criação de um caderno especialmente dedicado à Mediação de Conflitos. Os textos que compõem os cadernos receberam pareceres e contribuições dos profissionais da SME-SP e das DREs, além de especialistas convidados, de modo que esta quarta e nova edição mantém o caráter de produção participativa.

Edição nacional

Desde a sua primeira edição, os cadernos são acessados por educadores de todas as regiões do Brasil graças ao portal do Projeto (www.respeitarepreciso.org.br) e recebem aprovação entusiasmada, além de inúmeros pedidos de envio e informações de que o material tem sido utilizado tanto em escolas quanto em cursos de formação de educadores. Isso nos levou à convicção de que o Projeto Respeitar é Preciso! atende a uma demanda importante da educação de todo o país.

A presente edição é, então, resultado da revisão e da reelaboração realizadas para utilização por escolas brasileiras de qualquer localidade. Isso é possível pelo caráter aberto do material, cuja proposta é justamente que, com base nele, cada escola construa o seu próprio percurso, fazendo escolhas, adaptações e acréscimos. Além



disso, esta edição é resultado de pesquisa sobre a realidade e a diversidade da educação no Brasil e conta com a experiência dos autores e consultores em trabalhos com diferentes redes e em várias regiões do país.

2. OBJETIVOS DO PROJETO

Apresentamos aqui alguns dos seus principais objetivos do Projeto Respeitar é Preciso!:

- Contribuir para a disseminação da cultura de Educação em Direitos Humanos em todos os segmentos: desde creches e berçários, até o fim do Ensino Fundamental, visando à formação de sujeitos de direito, que respeitem e se façam respeitar.
- Contribuir para o aprofundamento da compreensão do significado dos Direitos Humanos (como condição para a democracia) e sua relação necessária com a educação desde a primeira infância, procurando esclarecer os equívocos do tema no senso comum.
- Subsidiar formas de trabalho pedagógico preventivo e formas de intervenção necessárias para mediar situações de conflito, criando possibilidades concretas para que, com o tempo, sejam eliminadas quaisquer situações de violência entre os integrantes da comunidade escolar.
- Contribuir para a adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, familiar, geracional, de condição de saúde física ou mental, de raça, etnia, credo, gênero, sexualidade, origem, entre outros, como base da convivência e da integração no cotidiano escolar.
- Subsidiar os educadores na análise e na reflexão sobre as diversas situações do convívio escolar, para que tenham condições de identificar possíveis situações de desrespeito e de buscar formas de superação e para que incluam a EDH nos seus projetos político-pedagógicos (PPPs).



3. METODOLOGIA

O Projeto Respeitar é Preciso! baseia-se em princípios metodológicos e utiliza as estratégias comentadas a seguir, que deixam clara a sua concepção ético-política dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos. Esse é um ponto fundamental do Projeto, pois é o que torna possível avançar no estabelecimento de uma cultura de solidariedade e na busca de justiça, em oposição à cultura individualista, competitiva e consumista que alimenta o crescimento das violências, das discriminações e das exclusões, e tem na democracia a alternativa para as relações de poder autoritárias e dominadoras.

Nessa perspectiva, compreende-se que cabe aos educadores promover e sustentar um convívio escolar comprometido com a concretização de valores democráticos e, para isso, não basta saber técnicas ou conhecer textos teóricos. É necessário ter disponibilidade para analisar a própria atuação profissional, assumir responsabilidades com a EDH e, se necessário, repensar atividades, práticas e interações que se realizam no espaço da escola, pois disso dependerá a transformação do convívio escolar proposta neste projeto. Fomentar essa disponibilidade é o maior desafio da formação em EDH.

Formação ética

O Respeitar é Preciso! parte do pressuposto de que a legitimação dos Direitos Humanos pelas crianças, pelos adolescentes e jovens que frequentam as escolas, finalidade principal da Educação em Direitos Humanos, está diretamente vinculada ao trabalho educativo pedagógico. Entretanto, não se trata *apenas* de ensinar e aprender *sobre* Direitos Humanos (a Declaração da Organização das Nações Unidas, sua história, as lutas por sua efetivação), a EDH é uma *educação em valores*, uma *formação ética* que afirma os valores que suportam os princípios dos Direitos Humanos: dignidade humana, justiça, liberdade, solidariedade, igualdade e equidade. É uma educação que busca um modo de vida regido por esses valores, pelo desenvolvimento de atitudes e da capacidade ética que implica compreender, saber praticar e desejar adotá-los para si.

Acreditamos que aprender a agir segundo princípios éticos é algo que acontece na experiência vivida, quer dizer, é preciso experienciá-los para aprendê-los: não é possível aprender a ser justo, por exemplo, sem nunca ter experimentado a justiça, sem conviver com pessoas que valorizam e busquem serem justas, sem ter oportunidade de refletir sobre situações em que justiça e injustiça são colocadas em jogo. Nessa perspectiva, a formação ética dos estudantes não se dá pela imposição desses valores, mas pela afirmação destes nas ações, nas tomadas de decisão, nas escolhas, na colocação dos limites e nas intervenções educativas dos adultos.

Respeito mútuo

Há ainda outra condição para essa aprendizagem: que exista *respeito mútuo* entre quem ensina e quem aprende. Respeito, na concepção adotada no Projeto, não é medo, receio, obediência nem significa concordar com o outro. É consideração, reconhecimento da legitimidade da existência do outro, independentemente de sua condição física, social, de suas escolhas e atos. Na escola, isso se refere a todas as pessoas, a todas as relações, qualquer que seja a posição que ocupem na instituição. Isso porque não se aceitam valores de quem não se respeita. Se queremos que os estudantes respeitem os adultos, o primeiro passo é fazer com que se sintam respeitados. Sem ser respeitado, ninguém aprende a respeitar.

Formação política

Há uma relação de dependência mútua entre os Direitos Humanos e a democracia, um não existe sem o outro. Daí que a EDH também é uma educação *para* e *na* democracia, e isso se aprende praticando, ou seja, aquilo que é obje-



tivo, que se quer que os alunos aprendam precisa estar na metodologia de ensino, nas escolhas de como fazer. Em decorrência, os valores e as atitudes que se quer ensinar não podem ser impostos, não são obtidos por meio de relações autoritárias: o exercício da democracia pede autonomia, participação e responsabilidade para com o coletivo, que são tomadas aqui, ao mesmo tempo, como objetivo e estratégia para aprendizagem.

É importante lembrar que ser democrático, ensinar democracia e respeitar os alunos não é deixá-los fazer o que querem na hora que querem, como querem, sem limites e sem orientação. Isso não é democracia, é abandono. O respeito a eles implica assumir o lugar de adultos educadores, exercer a responsabilidade que cabe à escola pela sua formação, abrir espaços para que participem de definições da vida coletiva, ouvi-los, tomar decisões considerando as suas colocações e as suas necessidades e fazer as intervenções necessárias ao seu aprendizado, tanto intelectual quanto emocional e ético. Entre essas responsabilidades, vale destacar duas: 1) Aquela que define a tarefa de professor: ensinar os conteúdos escolares, desafiando alunos para aprender, no máximo de suas capacidades; 2) Aquela que concretiza o compromisso político do profissional da educação: tomar para si a tarefa de educá-los como cidadãos, sujeitos de direito.

Perspectiva de mudança

Uma das características da EDH é ser uma educação voltada para a *mudança*. Isso porque os Direitos Humanos, bem como os valores que os sustentam, não são reconhecidos e praticados por todos, em especial numa sociedade injusta como a nossa. Na verdade, eles são objeto de luta política e social contínua daqueles que desejam estender a todos os direitos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma. No âmbito da educação escolar, tão marcada por valores que se distanciam daqueles, o desafio é mobilizar processos de mudança para a constituição de uma cultura de respeito mútuo, como base da transformação. Mas transformações não se dão de imediato, necessitam de tempo e trabalho intencional, com objetivos claros.

Para tanto, o que tem sido mais produtivo na formação de educadores são os processos de *ação-reflexão-ação*, ou seja, processos que se articulam a situações concretas e à atuação real dos educadores, que as tomam como objeto de reflexão e análise, confrontando-as com as intencionalidades educativas deles próprios e com o aprofundamento e o alargamento da compreensão das temáticas envolvidas para possibilitar a realização de novas atuações, diferentes das anteriores, com intencionalidade consciente e que também serão objeto de reflexão e análise, num processo permanente, buscando a mudança desejada.

Corações e mentes

No mesmo sentido, o trabalho educativo não pode se limitar a lições e discursos, pois não basta que os alunos conheçam e entendam os DH, é preciso que os adotem, que também lutem por eles, com desejo e convicção. Em outras palavras, é necessário envolver as pessoas por inteiro, incluindo *corações e mentes*, para que haja a energia necessária para mudar. A realização de ações orientadas pelos princípios dos DH (intervenções na escola e na comunidade, análises da realidade, construção de projetos e organizações, entre outras) permite a todos a vivência de experiências que envolvem simultaneamente os conhecimentos e os afetos, a capacidade de análise e a emoção, o aprendizado do conhecer, do fazer e do conviver, possibilitando que tenham referência para rever, transformar, ampliar e eleger valores para si próprios.

Assim, as atividades aqui propostas foram planejadas com a intencionalidade de afetar e tocar os participantes por meio da análise de situações provocativas e reais, buscando tornar compreensíveis as crenças que definem as atitudes, identificando contradições na forma de estar no mundo e possibilitando escolhas e a tomada de posição.

Acolhimento, diálogo e escuta

A experiência acumulada com a implementação do Projeto trouxe a clareza de que as atitudes de acolhimento e escuta são pontos essenciais para concretizar relações de



respeito mútuo no contexto educacional, bem como constituem uma das principais necessidades apontadas pelos educadores. Como os demais princípios, essas atitudes precisam estar presentes tanto nas ações formativas, nas relações entre os formadores e os participantes, quanto na escola, nas ações e nas relações entre adultos e estudantes, desde a Educação Infantil até os anos finais da escolaridade. E, para que os educadores as desenvolvam, é essencial que a formação as coloque em prática. Ou seja, o acolhimento e a escuta precisam ser tomados como objetivo e como modo de agir.

Perspectiva do coletivo

Uma das questões que estão na base da produção de violências na atualidade é a exacerbação do individualismo. A concepção de vida comunitária que se produz coletivamente e na qual nos constituímos como sujeitos, pelas relações que estabelecemos e pelo contexto histórico-social em que a nossa vida acontece, pouco tem orientado as práticas escolares, que na maioria das vezes reproduz a perspectiva individualista. Por outro lado, as mudanças de cultura só são possíveis em contextos de movimentos coletivos.

Em razão disso, as propostas do Respeitar é Preciso! buscam fazer com que os educadores se deem conta da natureza coletiva dos acontecimentos que envolvem tanto eles próprios quanto os alunos e da potência que as intervenções adquirem com base nessa perspectiva. Assim, quando se propõe que a metodologia educativa valorize a autonomia e o protagonismo, essas ideias são entendidas como *relações* de autonomia e de protagonismo. Em outras palavras, compreende-se que não se resumem à dimensão individual, mas se desenvolvem na interação e por meio da participação nas situações grupais.

Da mesma forma, situações escolares como os conflitos, por exemplo, são compreendidas como uma produção do coletivo, e não apenas das pessoas diretamente envolvidas na situação (ver caderno *Mediação de Conflitos*). Portanto, as intervenções educativas precisam se dirigir ao grupo, e não apenas a eles. As aprendizagens, as sensibilizações

e os desafios também são muito mais potentes se praticados *no* e *com* o coletivo. Por isso, as atividades aqui propostas, assim como as de discussão, análise,

Estratégias

Na nossa experiência, a escolha das ações e dos caminhos de implementação do Projeto e de formação de educadores aqui propostos para alcançar os objetivos, guardando coerência com os princípios metodológicos adotados, vem sendo bastante bem avaliada. Optar por um conjunto de diferentes formatos é, já em si, uma estratégia importante, uma vez que atende a necessidades diversas de aprendizagem dos participantes e também permite abordar a complexidade dos temas em vários aspectos.

O conjunto das ações presenciais (cursos, eventos formativos, oficinas), o material pedagógico e o portal do Projeto cumprem finalidades formativas essenciais: ampliação e aprofundamento de conhecimentos, troca de experiências, análise de situações concretas, planejamento de ações, condução de atividades coletivas, argumentação de ideias, entre outras. Apresentamos a seguir as macroestratégias utilizadas para a implementação do Projeto Respeitar é Preciso!



ARTICULAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

Os DH são atravessados por questões sociais que têm formas diversas de se concretizar, diferentes prioridades, focos e expectativas, que variam de acordo com cada localidade. Por essa razão, esse projeto busca se integrar ao cotidiano das escolas e à política educacional das redes em que é implementado, adaptando-se às realidades em que se insere.

Uma ação inicial é sempre a investigação ou o diagnóstico sobre como se dão as questões de que trata

o Projeto para orientar o desenho, os planejamentos, o monitoramento e a avaliação das ações, que são compartilhadas com a equipe das Secretarias de Educação parceiras. Portanto, é de extrema importância que essa equipe participe da elaboração do desenho da implementação e acompanhe o seu desenvolvimento, dando o necessário respaldo institucional para que as atividades sejam realizadas e as mudanças propostas pelos educadores sejam viabilizadas.

Durante a implementação do Projeto, a sua gestão é sempre compartilhada entre o Instituto Vladimir Herzog e a equipe indicada pela Secretaria de cada local, dada a importância da interlocução e da proximidade de todos os envolvidos para que as equipes técnicas acompanhem o desenvolvimento do Projeto, possam compreender, participar e apoiar as transformações que emergirem da ação dos educadores, garantindo, assim, que a estrutura da rede de ensino se aproprie do trabalho.

PRIORIDADE PARA ATIVIDADES COLETIVAS E REFLEXIVAS

O que o Projeto Respeitar é Preciso! propõe para as escolas é um conjunto de ações a serem desenvolvidas pelos seus coletivos, de modo a alcançar toda a comunidade escolar: educadores, alunos, funcionários e familiares de alunos, colaboradores e, sempre que possível, os alunos.

Ao se reunir e levar adiante um projeto, um conjunto de ações sobre as quais se reflete, se delibera e que é executado coletivamente, a equipe educadora vai se constituindo e fazendo com que a educação deixe de ser uma tarefa individual. Com isso, o grupo constrói um conhecimento aprofundado da escola e da força que a instituição tem na formação e na atuação de todos: adultos, estudantes e familiares. Além disso, a equipe ganha em autonomia, fortalece a sua relação de pertencimento e responsabilidade para com a escola e com a educação dos alunos, condições necessárias para uma efetiva gestão democrática.



FORMAÇÃO ANCORADA NAS SITUAÇÕES DE TRABALHO

Na formação, é importante refletir em grupo a respeito das questões que ocorrem na escola, colocar-se pessoalmente em relação a elas, expressar as próprias ideias, sejam elas iguais ou diferentes das dos colegas e/ou do formador. A maioria das atividades é realizada em grupo, partindo da proposição de situações a serem analisadas, da discussão de casos, da problematização de fatos do cotidiano e da produção de planos de trabalho, promovendo a reflexão e a mobilização pessoal dos educadores em relação aos seus desafios profissionais para implementar a EDH. Os formadores lançam questões e desafios, problematizando ideias do senso comum de diferentes formas.

Assim, a formação se faz de modo articulado às situações de trabalho dos participantes, condição para que possam atribuir sentido e levar os conteúdos aprendidos para a sua prática, superando o distanciamento (ou até mesmo a contradição) entre o discurso e a atuação profissional.

4. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO

O Respeitar é Preciso! propõe atividades a serem realizadas entre os educadores, outras a serem desenvolvidas com os estudantes e um conjunto de ações de formação que dão subsídio à sua realização. Todas elas seguem os mesmos princípios e utilizam as estratégias que compõem a metodologia descrita anteriormente.

Os cadernos que compõem o material e também o portal trazem essas atividades como sugestões para que cada escola faça adequações ao seu contexto, recriando o Respeitar é Preciso! como um projeto próprio. Para isso, a formação buscará possibilitar que os educadores conheçam os conteúdos e a metodologia da EDH.



Respeitar é Preciso! na escola

A proposta é que o Projeto seja iniciado com os adultos que trabalham na escola e apresentado aos alunos e a seus familiares para que se engajem nele. Essa participação dependerá da decisão dos educadores, considerando a pertinência, a viabilidade, o momento e o contexto de cada uma das situações.

ENCONTROS DO COLETIVO DE EDUCADORES

Entre os adultos, o Projeto se desenvolve por meio de reuniões sistemáticas com a participação de todos os integrantes da comunidade escolar, de acordo com as possibilidades de cada escola. Para tanto, podem ser utilizados os horários da rotina escolar destinados a reuniões pedagógicas, conselho escolar, encontros com as famílias, com pais, entre outros, ou podem-se criar momentos específicos para as atividades do Projeto.

Nessas reuniões, por meio da realização das atividades sugeridas e apresentadas na parte “Uma escola respeitosa para todas e todos” deste caderno, os participantes desenvolvem análises e reflexões compartilhadas sobre o que vivenciam na escola, fazem um levantamento das questões do cotidiano escolar e identificam as potencialidades de ação e os melhores encaminhamentos para promover o respeito mútuo no convívio diário.

A sistematicidade das reuniões é essencial para o desenvolvimento processual do Projeto, uma vez que a realização de cada atividade cria boas condições para a realização das demais. O trabalho coletivo, colaborativo e reflexivo é um contexto privilegiado, porque possibilita uma articulação imediata com a prática, fazendo com que o grupo construa um repertório comum, compreenda as diferenças que compõem a sua diversidade e, com esses elementos, crie o seu próprio projeto.

No caso de já existirem grêmios estudantil, conselhos de escola e associações de pais e mestres (APMs) atuantes na escola, é importante que também sejam integrados ao processo. Entretanto, é fundamental envolver de algum modo aqueles que não

Um diferencial importante do Projeto Respeitar é Preciso! é o fato de incluir atividades a serem realizadas nas escolas, entre os adultos, pois não é possível educar em Direitos Humanos sem também nos educarmos. Além disso, uma vez que se trata de uma educação em valores, é preciso adotá-los para poder ensiná-los.

puderem participar diretamente das atividades, seja por meio de representação ou de instrumentos de comunicação (mural, boletins informativos, reuniões, entre outros), formas que permitam a todos receber e dar contribuições para o processo. Assim, todos evoluem com o Projeto e se apropriam de suas ideias. E, mesmo em caso de mudança na composição do grupo inicial, sempre haverá alguém em condições de assumir a organização das atividades e dar continuidade sem grandes rupturas.

Uma atividade central do Projeto é a realização, nesses momentos coletivos, de um *mapeamento* das situações em que, por alguma razão, alguém possa se sentir desrespeitado, o que pode ocorrer pela forma de organização do espaço e do tempo, por questões de comunicação, por alguma regra (explícita ou implícita) de funcionamento da instituição, pelo próprio trabalho pedagógico ou pelo modo como todos se relacionam. Esse projeto parte da ideia de que, cuidando desses aspectos institucionais, é possível promover relações de respeito: entre os adultos (especialmente no que se refere às diferentes funções que desempenham na escola), entre os alunos e entre os adultos e os alunos. Assim, cria-se uma rede de relações na escola em que o respeito ocupa um lugar central e soberano em todos os momentos.

Com base nas análises desse mapeamento, a equipe decidirá o que é preciso mudar, eliminar ou acrescentar no cotidiano escolar e, a partir daí, poderá elaborar um *plano de ação* para efetivar as suas decisões. Vale lembrar que, nesse processo, também é importante dar visibilidade ao que já foi feito, ao que existe de potência e às marcas do respeito que já fazem parte da rotina e da cultura da escola: situações em que se promove o respeito entre todos, experiências e atividades que a escola já vivenciou ou vivencia e que merecem ser visibilizadas, valorizadas e, se necessário, retomadas.

É fundamental que alguns integrantes da comunidade escolar assumam responsabilidades específicas para garantir a realização das propostas:

- Direção da escola: Essencial desde o início do Projeto, além da participação nas atividades, a direção escolar cumpre um papel importante em todo o processo,



criando condições para a realização das atividades, entre as quais se destacam a disponibilização de espaços e tempos para que os educadores se reúnam e realizem as atividades do Projeto, promovendo a divulgação, o acompanhamento pelo conselho e o envolvimento do grêmio estudantil, dando visibilidade às ações para toda a comunidade escolar e oferecendo suporte para as mudanças na escola elencadas no plano de ação a ser construído pelos participantes.

- Coordenadores pedagógicos, orientadores, assistentes de coordenação e demais membros da equipe gestora: Como responsáveis pela organização, pela coordenação das ações de formação e pela condução do desenvolvimento curricular nas escolas, é essencial que mantenham interlocução com a direção, participem das ações coletivas e estimulem o apoio mútuo na abertura de espaços na agenda de reuniões que já fazem parte da rotina da escola, incentivem a mobilização de professores e contribuam com o planejamento das atividades.

ATIVIDADES COM OS ALUNOS

O Projeto Respeitar é Preciso! também se dirige aos alunos, com sugestões para que, paralelamente à realização das atividades entre si, os educadores trabalhem com eles os valores dos DH e a promoção do respeito mútuo no convívio escolar. Isso se dá pela inclusão dos alunos nas atividades do coletivo dos adultos (a depender da idade) e pela realização de outras, pensadas especificamente para eles. Essas atividades possibilitam que, de diferentes formas e em diferentes momentos da escolaridade, os alunos se deem conta dos valores que orientam as suas ações e as suas relações com os demais, reflitam sobre quais são os que desejam adotar e aprendam novas formas de agir guiadas pelo respeito mútuo.

Esse é um processo contínuo e progressivo, mas não linear. Ao longo de toda a escolaridade, ocorrem altos e baixos, momentos em que é necessário não desistir e não desacreditar. Cabe aos adultos manter a postura, a escuta e a crença na dignidade de todos, assegurando o reconhecimento de que todos têm direito de se expressar e de que a EDH não se faz com punições, mas com a promoção das potencialidades e do

As atividades do Projeto Respeitar é Precioso! têm início com os adultos da escola (todos considerados educadores) se reunindo e se envolvendo num trabalho de sensibilização, reflexão e conscientização do que é Educação em Direitos Humanos e educação em valores. Juntos, eles buscarão as questões do cotidiano escolar que expressam situações em que possa haver desrespeito, para que seja delineado um plano de ação que inclua os alunos e os adultos responsáveis por eles.

desenvolvimento da atitude de responsabilidade e, sobretudo, com o entendimento de que a tarefa da escola é *educativa*.

É essencial que os adultos afirmem esses valores, *praticando-os* na vida cotidiana e, com isso, criando um ambiente de respeito, igualdade, justiça e solidariedade, condição para que os alunos os aprendam e queiram adotá-los.

As atividades para os alunos sugeridas nos diferentes cadernos do Projeto não são diferentes do que já se faz em muitas escolas, mas é a intenção do educador, o seu olhar, a sua escuta e as suas intervenções que podem fazer delas boas situações de EDH. Para realizar tudo isso, a Educação em Direitos Humanos implica um processo de formação que promova reflexão sobre as experiências que acontecem na escola.

Ações de formação presencial

O Respeitar é Preciso! prevê a realização de diferentes ações de formação para subsidiar os educadores na implementação do Projeto: cursos, seminários, encontros formativos, oficinas e o uso do portal respeitarepreciso.org.br, que disponibiliza materiais e informações atualizadas sobre EDH, registra as ações de formação realizadas e funciona como um canal de interlocução com os participantes.

Esse conjunto de ações formativas são possibilidades já experimentadas e, como já apontado, pode ser desenhado e acrescentado de acordo com as condições e as características de cada território em que o Projeto for implementado.

CURSOS

Os dois cursos que compõem o Projeto, dirigidos aos integrantes das Comissões de Mediação de Conflitos, foram pensados como ações complementares em suas finalidades e metodologia. Ambos abordam as questões da EDH, uma vez que refletir sobre elas e ampliar o repertório de possibilidades de atuação é essencial para os



integrantes das CMCs, que têm como função não apenas intervir em situações de conflito emergentes, mas, e principalmente, atuar no coletivo para promover uma cultura de respeito, não violência, paz e solidariedade nas escolas.

- **Curso Respeitar é Preciso!** Esse curso inclui encontros formativos coordenados pelos educadores do Instituto Vladimir Herzog com o objetivo de implementar as ações do Projeto Respeitar é Preciso! propostas neste material, orientar o trabalho dos educadores que o desenvolvem e promover a troca de experiências entre as escolas, tendo como foco metodológico as práticas de EDH: debates, estudos de caso, uso do material do Projeto nas escolas. Os gestores (diretores e coordenadores pedagógicos) são o público-alvo desses encontros, porque a sua participação tem um impacto bastante positivo no desenvolvimento do Projeto nas escolas. Geralmente formatado em 6 encontros, cada um com 4 horas de duração, cada aula apresenta uma proposta de atividade a ser realizada na escola.
- **Curso EDH, Desafios Contemporâneos.** O curso visa desenvolver uma formação reflexiva e conceitual, sempre amparada pelas experiências e pela realidade das escolas, buscando a fundamentação para a EDH em temas centrais do Projeto, como convívio escolar, formação em valores, respeito mútuo, diversidades, autoridade, punição e responsabilização, violências simbólicas, institucionais, físicas e psíquicas, e as demais temáticas apresentadas nos materiais do Projeto. As aulas propiciam subsídios aos educadores para a reflexão e a compreensão da disputa de valores na conjuntura atual da sociedade brasileira e internacional para a reflexão e a compreensão do papel da educação em Direitos Humanos neste momento. As aulas são compostas por palestras ministradas por especialistas convidados, incluindo a exibição e a análise de vídeos, rodas de conversa e debates. Com elas, busca-se promover um alinhamento conceitual acerca de princípios e temas de relevância para uma educação comprometida com a democracia, o respeito às diferenças e a valorização da diversidade.

EVENTOS FORMATIVOS: SEMINÁRIOS E GRANDES ENCONTROS

Esses eventos são concebidos como espaços de diálogo e reflexão sobre as práticas do cotidiano escolar na perspectiva da EDH. Os eventos formativos reúnem os educadores da rede de ensino para orientação e alinhamento sobre temas emergentes e apresentação de experiências das escolas, numa troca mediada por especialistas convidados, com o objetivo de incentivar as ações de desenvolvimento do Projeto. Inclui também oficinas e apresentações culturais, que possibilitam o debate sobre a vivência da educação em valores.

OFICINAS DE ARTE

As oficinas trabalham diferentes linguagens artísticas com os educadores para sensibilizar e incentivar a formação em EDH, que, como já indicado, se trata de uma formação em valores para a qual a sensibilidade é matéria-prima. As atividades fazem com que os participantes desenvolvam um olhar cuidadoso para os alunos e para a escola, buscando a aproximação entre educador e aluno, sendo também um espaço para discutir estética e analisar pedagogicamente a produção cultural da criança e do jovem na escola.

Para além das experiências imediatas dos grupos participantes das oficinas, a produção estética poderá levar a discussão e o diálogo para muitas escolas por meio de mostras, exposições e ciclos de debate. A metodologia inclui rodas de conversa com diferentes integrantes da comunidade educativa, sempre tendo como referência o que acontece na escola e as necessárias intervenções dos educadores.

Atividades on-line

PORTAL RESPEITAR É PRECISO!

O portal respeitarepreciso.org.br tem como finalidade ser um espaço de referência e de pertencimento ao Projeto Respeitar é Preciso!, onde os educadores podem encontrar conteúdos para a sua formação e para subsidiar as suas ações. O site é con-



tinuamente atualizado com a produção de conteúdos relacionados às questões dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, na forma de notícias, textos, entrevistas, depoimentos, relatos de experiência e vídeos, além de compartilhar o registro das ações e a documentação do Projeto.

O portal arquiva e disponibiliza aos participantes todo o material utilizado nas formações: pautas, apresentações em PowerPoint, textos, vídeos, imagens e produção dos grupos, além da gravação de palestras realizadas no decorrer do do Projeto, garantindo acesso a tudo o que foi realizado para aqueles que não participaram diretamente das ações. Além disso, é uma ferramenta de interlocução entre os formadores e os participantes e permite assessorar o trabalho nas escolas, respondendo dúvidas e oferecendo orientação.

As atividades realizadas nas escolas podem ser registradas e postadas em espaço especialmente criado para isso, o que oferece aos formadores a possibilidade de analisar e preparar devolutivas que orientam e subsidiam o desenvolvimento do Projeto nas escolas.

Por meio do portal, também se realizam encontros temáticos on-line: conversas com especialistas convidados sobre temas e questões emergentes no processo de formação, transmitidas ao vivo com a participação dos educadores para perguntas, observações e comentários.

Vale destacar a rotina das “campanhas temáticas”: trata-se da oferta de conteúdo sobre temas cuja escolha atende às demandas dos participantes do Projeto, bem como questões da agenda social, que são apresentados de diferentes modos, em linguagem escrita e videográfica, como: entrevistas, depoimentos, relatos de experiência, reportagens, artigos, entre outros, com o objetivo de pautar e sensibilizar os educadores para a maior compreensão das temáticas da EDH e subsidiar a sua prática. O conjunto das campanhas articula experiências de escolas, fundamentação teórica, dados de pesquisa e bibliografia.

REDES SOCIAIS

Além do portal, o Projeto Respeitar é Preciso! tem presença nas redes sociais por meio de postagens de conteúdos próprios e da dinamização contínua dos grupos, visando levar até os educadores os conteúdos e as notícias do Projeto, mantendo, assim, a presença constante do tema da EDH no dia a dia e abrindo espaço para a participação dos educadores em postagens e comentários.

4. ANTES DE COMEÇAR...

O Projeto Respeitar é Preciso! é uma proposta de ação e, portanto, todas as atividades envolvem interação, diálogo, reflexão, construção e atuação em conjunto por todos os envolvidos no convívio escolar. Vale ressaltar novamente que essas atividades podem e devem ser apropriadas e adaptadas em cada escola para que a sua realização seja reflexo da história e do contexto de cada realidade.

O tempo e os espaços a serem utilizados na realização das atividades do Projeto são dois aspectos que merecem atenção especial. Cabe a cada escola organizá-los da melhor maneira possível em seu contexto e, se necessário, remanejá-los durante o seu desenvolvimento, buscando as alternativas mais adequadas de acordo com as prioridades e condições de cada localidade.

Indicamos aqui algumas sugestões que podem servir de inspiração tanto para o desenvolvimento dos trabalhos quanto para a divulgação e a manutenção das ideias trabalhadas ao longo do processo:

- Manter na escola um painel com notícias, reportagens e informações sobre o tema Direitos Humanos e sobre as ações realizadas no âmbito do Projeto para que toda a comunidade escolar tenha acesso e possa se informar sobre o que está acontecendo na escola.



- Organizar uma agenda de encontros que garanta a presença do maior número de pessoas possível.
- Preparar o espaço de acordo com o tipo de trabalho que será realizado. Como na maioria das vezes serão trabalhos em grupo, a organização do espaço precisa propiciar a formação de uma roda de conversa e também a divisão dos participantes em subgrupos.
- Reservar um tempo antes ou depois da reunião para confraternizar é interessante. Todos sabem da importância de um lanche ou mesmo um café para tornar um encontro mais agradável e estreitar os vínculos entre as pessoas.
- Registrar o desenvolvimento de cada atividade é uma prática interessante não só para sistematizar as reflexões e as ações, mas como documentação processual do trabalho.
- Garantir o exercício do diálogo o tempo todo é fundamental. Lembrar que a opinião de todos tem valor, que no diálogo construímos conhecimento e nos desenvolvemos, que é comum mudar de ideia e transformar uma opinião. Assim, algo que sempre foi de um jeito pode ser de outro. Cada um pode olhar e entender a mesma questão de formas diferentes. A Educação em Direitos Humanos chama a todos para uma atitude flexível, em que a mudança deve ter espaço o tempo inteiro.
- Considerar que a adoção dos princípios dos DH é algo que, muitas vezes, vai contra o estabelecido, contra o que é rotineiro. Assim, é preciso não só buscar boas intervenções educativas, mas assumir uma postura diferente, mesmo que seja contrária à posição da maioria.

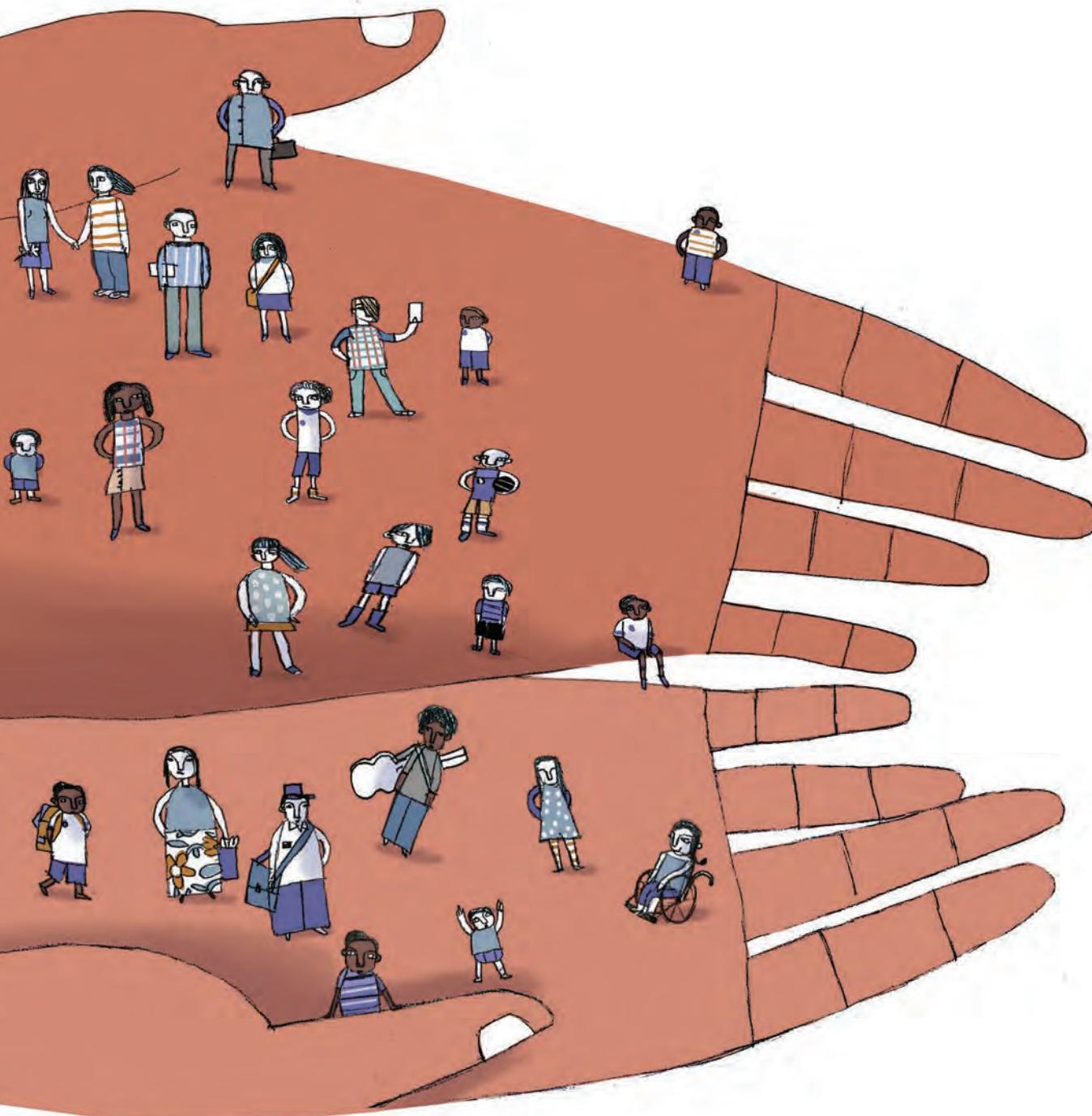


É fundamental que as ideias e os princípios discutidos e valorizados nos encontros possam ganhar espaço e disparar ações na escola inteira. A coerência entre o discurso que proferimos e as nossas ações dá sustentação e legitimidade ao nosso trabalho. Dessa forma, chamar todos os funcionários pelo nome (evitando termos como “tiozinho do portão” ou “tia da limpeza”), retirar a sujeira que porventura pode estar no pátio da escola ou indignar-se com atitudes discriminatórias (como apelidos do tipo “bolão” para os alunos obesos ou “boneca” para os homossexuais) são sempre ações que fortalecem as ideias que queremos disseminar e dão sentido a elas.

//

(...) é importante lembrar que, inerentes à convivência humana, os conflitos também se fazem presentes nas instituições de educação. (...) Assim sendo, tais instituições devem analisar a realidade criticamente, permitindo que as diferentes visões de mundo se encontrem e se confrontem por meio de processos democráticos e procedimentos éticos e dialógicos, visando sempre ao enfrentamento das injustiças e das desigualdades. É dessa forma que o ambiente educativo favorecerá o surgimento de indivíduos críticos, capazes de analisar e avaliar a realidade a partir do parâmetro dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos



Uma escola respeitosa para todas e todos

“A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.”

Maria Victoria Benevides



As atividades deste caderno foram elaboradas com a finalidade de subsidiar os educadores na promoção de um movimento formativo, coletivo e autônomo que repercuta na qualidade da vida cotidiana de todos os integrantes da comunidade escolar. Ao realizá-las, a equipe da escola fará observações, reflexões e análises sobre o que ela própria e os alunos vivem, buscando compreender como a organização e o funcionamento escolar promovem ou dificultam que as relações entre todos sejam pautadas pelo respeito mútuo, para que se tomem decisões e se planejem ações.

As atividades estão agrupadas em blocos temáticos intercalados por textos de apoio sobre conceitos-chave da concepção que orienta o Projeto, conforme indicado a seguir:

- **Respeito mútuo e Direitos Humanos**
(Texto de apoio: “Respeito mútuo”, p. 48)
- **Direitos Humanos: afinal, do que estamos falando?**

- **Educação em Direitos Humanos**
(Texto de apoio: “Educação em valores”, p. 59)
- **Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos**
(Texto de apoio: “Um processo de mudança no coletivo”, p. 107)
- **Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola**
(Texto de apoio: “Cuidados para abrir espaços de diálogo”, p. 91)
- **Plano de ação**

Os blocos de atividade trazem conteúdos sobre respeito, Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, a natureza coletiva do trabalho educativo, as dimensões da vida e do clima escolares e as propostas de organização para a ação:

- *Respeito mútuo e Direitos Humanos* – Trata da centralidade do respeito mútuo no Projeto, apresentando-o à comunidade escolar e mobilizando ideias e sentimentos construídos ao longo das experiências vividas para torná-los conscientes, conhecidos pelo grupo e, assim, sensibilizar e introduzir a reflexão coletiva a respeito dessa questão essencial para a educação em valores.
- *Direitos Humanos: afinal, do que estamos falando?* – Propõe uma reflexão sobre o que são os Direitos Humanos e sobre a sua abrangência, buscando a sua história para superar concepções equivocadas.
- *Educação em Direitos Humanos* – Trata da concepção adotada no Projeto, da natureza da Educação em Direitos Humanos e de seus princípios metodológicos.
- *Educação em Direitos Humanos na escola é responsabilidade de todos* – As atividades desse bloco são voltadas para o fortalecimento do grupo como equipe que compartilha o espaço, a história, a proposta educativa e o projeto coletivo da escola.

- *Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola* – Esse bloco traz atividades por meio das quais os educadores mergulharão na análise da vida cotidiana na escola em suas várias dimensões e tomarão decisões sobre as mudanças que desejam promover na escola.
- *Plano de ação* – Essas atividades subsidiam educadores e alunos no planejamento, na organização e na efetivação das ações definidas como prioritárias.

Com base nessas propostas, a escola poderá eleger atividades em cada bloco e determinar o momento de ler e discutir cada texto de apoio, criando, assim, um processo formativo específico para o seu grupo. A autonomia da escola é o princípio intrínseco ao Projeto Respeitar é Preciso!

A formação prática e reflexiva oferecida aos profissionais da escola ou a outros membros da comunidade responsáveis pelo Projeto possibilita que, compreendendo as concepções e a metodologia das atividades propostas, possam adaptar, criar e atuar junto à sua comunidade escolar de forma mais sensível e orgânica.

RESPEITO MÚTUO E DIREITOS HUMANOS



A experiência de um convívio pautado pelos princípios dos Direitos Humanos propicia a legitimação de valores que, uma vez adotados, passam a orientar o posicionamento diante de problemas como a homofobia, a discriminação étnico-racial e de gênero e em relação às pessoas com deficiência, a violência e o ódio social. Do mesmo modo, o estabelecimento de relações pautadas pelo respeito mútuo contribui para o afastamento da violência na vida dentro e fora das escolas. Essa é a finalidade da Educação em Direitos Humanos.

“Educação em Direitos Humanos é a prioridade das prioridades. É quando projetamos a possibilidade de evitar novas violações dos Direitos Humanos.”

Paulo Vannuchi

Sugestões para iniciar as atividades do Projeto

CAFÉ COM RESPEITO



Direitos Humanos é uma prática de vida, um estado de espírito. E deve ser ensinado à criança desde a primeira infância.”

Margarida Genevois

Pensando em incentivar a participação de todos na escola, é interessante apresentar o Projeto Respeitar é Preciso! como vivência coletiva, comunicando desde o início que esse projeto é uma construção de todos. Por isso, a proposta de um lanche e, se possível, de uma apresentação ou atividade artística cultural curta (declamação de um poema, canto de uma música, entre outras, que pode ficar também por conta de um grupo de alunos) é uma boa ideia para celebrar a chegada do Projeto na comunidade escolar. Sugerimos, então, convidar a todos para um café, mas um café diferente, o *Café com Respeito*, atividade que tem se mostrado bastante positiva nas escolas.

A intenção da atividade é promover a integração entre as pessoas por meio do compartilhamento de um lanche, de um café, por exemplo, um momento descontraído, mas que também permita a todos conhecer as principais ideias do Projeto se e envolver de forma efetiva na proposta.

É necessária também a preparação do espaço onde se desenvolverá a atividade, de modo a torná-lo aconchegante para o convívio e funcional para o desenvolvimento das propostas. Outra sugestão que pode contribuir para o envolvimento de todos na atividade é reunir fotos da escola, notícias e outras imagens interessantes e pertinentes ao tema dos Direitos Humanos ou fazer uma seleção de vídeos que tratem desse assunto para exibir nesse mesmo espaço. Os vídeos selecionados podem ficar “rodando” durante o café e/ou ser apresentados como abertura do encontro.

Algo que costuma funcionar bastante nesse momento e que pode ser uma estratégia para dar início às atividades é o *cochicho*. A proposta é simples: por cerca de 5 minutos, todos devem *cochichar* (ou seja, estabelecer uma conversa rápida e em voz baixa) com um participante próximo sobre o que lhes vêm à cabeça quando se



fala em respeito; depois, os participantes compartilham as ideias trocadas durante o cochicho. O objetivo é acionar em cada um o que se entende por respeito e, conseqüentemente, por desrespeito, o que será abordado no decorrer do Projeto.

É importante garantir um momento para que sejam apresentadas as linhas gerais do Projeto Respeitar é Preciso! e a sua operacionalização na escola. As pessoas que já conhecerem algo do Projeto podem falar brevemente sobre aquilo que consideram relevante.

Essa é uma excelente oportunidade para que todos saibam dos encontros de formação, conheçam o material impresso do Projeto, *entendam* como ele está estruturado, olhem os seus conteúdos, as ilustrações e as suas propostas, numa leitura transversal. Esse é um bom momento para destacar que, além do material-base dos cadernos, o Projeto conta com um portal que dá acesso a vários conteúdos multimídia, que são divulgados também em redes sociais. Certamente, surgirão questões sobre o Projeto e sobre o que a escola já refletiu a respeito do tema. Algo que vale sempre ressaltar é a importância de registrar as discussões e as ideias que surgirem, para retomá-las em momentos oportunos, durante as ações do Projeto.

A finalização desse momento pode acontecer com uma roda onde todos compartilhem as suas primeiras impressões sobre o Projeto e as reflexões que fizeram sobre o tema dos Direitos Humanos, pensando em maneiras de efetivar a participação da escola e marcar os próximos encontros. Cada um pode citar algo que chamou atenção ou foi importante para si. É também uma boa oportunidade para ressaltar que o Projeto Respeitar é Preciso! deve mobilizar na escola os profissionais e os alunos de todos os níveis de escolaridade (Educação Infantil, Ensino Fundamental) e dos mais variados setores da escola (da secretaria ao refeitório, passando pelos porteiros, funcionários da limpeza, enfim, a comunidade como um todo). Se for necessário, pode-se definir quem se responsabiliza por disseminar a informação sobre o Projeto, reforçando o convite para participação nos próximos encontros.

Respeito é bom e eu gosto

Para realizar bem esse projeto, é preciso que as ideias de todos os participantes acerca do respeito sejam expostas e compartilhadas com respeito e escuta atenta. Isso torna possível confirmar algumas ideias, abrir mão de outras, transformá-las, trocar impressões, fazer perguntas e ampliar os olhares sobre essa questão. Este talvez seja um primeiro passo a ser dado em direção a uma forma de educar que esteja firmemente pautada nos Direitos Humanos.

O objetivo desta atividade é compartilhar impressões, sentimentos e reflexões sobre o tema do respeito e do respeito mútuo.

Para começar a falar sobre respeito e desrespeito, vamos individualmente recuperar experiências vividas e refletir sobre elas. A ideia é resgatar situações vividas ou presenciadas pelos participantes em que alguém tenha sido desrespeitado e/ou se perceba como autor de situações de desrespeito, destacando que isso acontece com todos. É importante observar os sentimentos que surgiram nessas situações.

Assim, damos início a essa reflexão solicitando a cada participante que lembre e registre individualmente:

- Uma situação na escola em que foi desrespeitado por alguém. Como se sentiu.
- Uma situação na escola em que foi respeitado por alguém. Como se sentiu.
- Uma situação na escola em que respeitou alguém. Como se sentiu.
- Uma situação na escola em que desrespeitou alguém. Como se sentiu.



Fique de olho

O registro desta atividade não precisa ser muito extenso e pode ser feito por meio de estratégias diferentes, como o uso de palavras representativas (palavras-chave) e com foco em cada situação, nos sentimentos mobilizados e nas suas reações.



Pense nisso

De modo geral, os registros são instrumentos muito potentes para que se garanta a memória de tudo aquilo que é pensado e realizado durante o percurso do Projeto e servem para retomar essas memórias em momentos específicos, oportunos, em situações pontuais em que seja interessante esse resgate, contribuindo para aprofundar as reflexões coletivas.

Considerando o que foi lembrado e compartilhado anteriormente, é possível elencar algumas questões para reflexão, entre as quais: O que leva uma pessoa a respeitar outra? O que leva uma pessoa a desrespeitar alguém?

Esse é um momento de reflexão coletiva muito importante para buscar respostas que não personalizem as questões nem apontem culpados. Como se viu no exercício, todos, em algum momento, podemos ser agentes de respeito e desrespeito. Tomar consciência disso é fundamental para nos conhecer, compreender o outro e avançar na construção de relações respeitadas, estabelecer relação entre essas situações e o contexto da escola, considerando as condições favoráveis (ou desfavoráveis) para a vivência do respeito mútuo entre todos.

Ao longo do nosso trabalho no Projeto Respeitar é Preciso!, pensaremos sempre na ideia do respeito mútuo. Assim, questões importantes são: Quem eu respeito? Por que eu respeito? Quem me respeita e por que me respeita? Eu me respeito?

Se o grupo achar pertinente, é possível fazer uma rodada para compartilhar como foi esse exercício e o que ele mobilizou em cada um, refletindo sobre situações de respeito e desrespeito.

Texto de apoio

RESPEITO MÚTUO

No levantamento realizado no início do Projeto sobre a questão do respeito, embora muito desejado por todos, ele aparece como um valor muito pouco praticado em algumas escolas. As queixas de desrespeito vieram de todos os grupos da comunidade escolar (professores, alunos, diretores, profissionais de apoio, familiares). Nessa ausência, ficou evidente a seguinte relação de mutualidade: “Desrespeito porque não sou respeitado e só respeito quem me respeita”.

Se levado a ferro e fogo, isso cria um círculo vicioso de desrespeito que só poderá ser quebrado se tomarmos a decisão, como educadores que somos, de **respeitar sempre e a todos, independentemente de nos sentirmos ou não respeitados**. Esse é o primeiro e essencial passo da educação em valores. Tomar o respeito como princípio de vida e da atuação como educador é resultado de uma reflexão ética, de um desejo e de tomadas de decisão.

“Respeito” vem do latim *respectus*, que remete à ideia de “olhar outra vez”; prestar atenção a algo que merece um segundo olhar. Assim, **respeitar tem a ver com a disposição de conhecer, de prestar atenção e levar em consideração**.

Aqui, o respeito mútuo não está sendo proposto como mera prescrição, mero dever ser, mas como algo que permeia, por princípio, as relações estabelecidas pelos sujeitos, em toda e qualquer situação. O respeito mútuo implica reconhecimento de si e do outro como igual e diferente, porque o outro é igualmente digno de respeito, porque humano, independentemente da diferença de função, idade, raça, classe social etc., mas também porque único, singular.

E como se fazer respeitar? Respeitando a si mesmo e ao outro

Os alunos esperam reciprocidade e negociação justa na relação com os adultos, sendo necessário construir compromissos com eles, confirmando a autoridade dos adultos nesse ato. Uma das demandas recorrentes entre os alunos para se sentirem respeitados é a de serem ouvidos e levados a sério. Trata-se de um pedido de reconhecimento como sujeitos que se dá pelo cumprimento do trato de respeito mútuo, de estima social.

Se isso vale para a relação aluno-professor, vale também para a relação adulto-adulto. O respeito mútuo é fundamental para a vida em comum, para sedimentar na escola uma comunidade escolar.



DIREITOS HUMANOS: AFINAL, DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Muitas vezes, o termo “Direitos Humanos” é visto como algo muito genérico, que não diz respeito a todos, mas àqueles que “precisam”... Quais direitos eu tenho? Esses direitos sempre existiram? Quem os criou? Nestas atividades, vamos refletir sobre o que são Direitos Humanos e conhecer os documentos oficiais que tratam deles.

Atividades

Provavelmente, todos já vimos, em algum momento e em diferentes locais, uma destas placas informativas:

É vedada, sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência ou doença não contagiosa por contato social, no acesso aos elevadores deste edifício.
Lei 11995 - Decreto nº 36.434 de 04/10/96

Atendimento Preferencial e Prioritário para:



- idosos acima de 60 anos
- gestantes
- pessoas com deficiência
- pessoas com crianças no colo

Ao lê-las, podemos pensar em diversas questões, como: O que essas placas informam? A quais direitos fazem referência? De maneira geral, as pessoas costumam levar a sério os dizeres contidos nas placas?

Esse pode ser um excelente ponto de partida para a atividade proposta. Outras questões podem complementar as primeiras: Quais outros direitos podemos identificar no nosso dia a dia? E na escola? Que outros hábitos do cotidiano, dentro e fora da escola, marcam a presença ou a violação de direitos? De que direitos?

Os Direitos Humanos são resultado de lutas, nem sempre pacíficas, que aconteceram ao longo da história da humanidade, e muitas continuam até hoje. Em 1948, vários países se reuniram e elaboraram o que ficou conhecido como **Declaração**

Os Direitos Humanos, internacionalmente conhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Universal dos Direitos Humanos, um marco muito importante que pode ser conhecido na leitura do texto a seguir.

Para enriquecer a leitura, podem-se formar pequenos grupos para conversar a respeito do texto e, então, compartilhar com todos o que entenderam e pensaram sobre a Declaração.

Sobre os Direitos Humanos

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que gerou pactos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil e por muitos outros países – que abrangem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os cidadãos.

A Declaração determina ainda que a base da autoridade do governo é a vontade do povo, manifestada em eleições livres, que todos têm direito à segurança pessoal e à escolha de emprego, com salários iguais para trabalhos iguais, à organização de sindicatos, ao repouso e ao lazer, com férias remuneradas, à saúde e ao bem-estar (com cuidado e atenção especial à maternidade e à infância) e à instrução elementar e fundamental gratuita.

De outra parte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos condena a escravidão e o tráfico, a discriminação, a tortura, os castigos cruéis e interferências na vida privada, na família e no lar de todos, bem como ataques à honra e à reputação de quem quer que seja.

Assim, os Direitos Humanos protegem todos nós, independentemente de quaisquer condicionantes de classe, gênero, raça, etnia, cultura, deficiência, religião, origem ou condição social, protegem a democracia, a nossa vida e a nossa liberdade.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos ter completado mais de setenta anos, ainda temos muito a aprender e conquistar com base nos princípios de liberdade e igualdade que ela traz.

Saiba mais sobre a evolução histórica da luta por Direitos Humanos no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos>.



Os Direitos Humanos são direitos de todos nós

A literatura de cordel é um patrimônio cultural brasileiro. De maneira bastante peculiar, esse tipo de produção literária costuma tratar de temas bastante variados (histórias de amor, intrigas, lutas, personalidades importantes) e também daqueles de relevância social e política. Todos eles abordados de modo profundamente crítico, bem-humorado e instigante.

Aqui a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é apresentada em forma de cordel. Para além das conversas sobre o *conteúdo* propriamente dito, é interessante observar e discutir a *forma* como a discussão é apresentada pelo poeta cearense Valdecy Alves.

A Declaração dos Direitos Humanos em cordel

Valdecy Alves

*O pai e o filho na sala
Juntos viam televisão
Noticiavam um crime
Que causara comoção
Diversas autoridades
Ali davam opinião*

*Locutores revezavam
Falando em crimes insanos
Dos praticantes do mal
Através de maldosos planos
Ao tempo que criticavam
Os direitos humanos*

*O filho já rapazinho
com tudo já concordava*

*Dizendo: – Pai, é isso aí
Onde esse povo estava
Com seus direitos humanos
Enquanto só se matava?*

*O tema central da mídia
Que defendia em tom forte
Era a lei de talião
Pro criminoso sem norte
Pregavam só um caminho
Que era a pena de morte*

*Perguntava assim o jovem:
– Por que somente bandido
Tem os direitos humanos
Para si só garantido*

*Ninguém no enterro da vítima
Completamente esquecido?*

*O pai ficou admirado
Com a jovem opinião
Tratou logo da resposta
Sem nenhuma hesitação
Sentia ser importante
Clarear a situação*

*(...)
– Direitos humanos, filho
Não se resumem ao preso
São muito mais complexos
Como painel de azulejo
Dos mais variados direitos
Não fique assim tão surpreso*

Para conhecer o texto completo de Valdecy Alves e outros conteúdos sobre DH, acesse: <http://valdecyvalves.blogspot.com/2011/12/declaracao-universal-dos-direitos.html>.



*– Há os direitos civis
Ir, votar, vir, opinar,
O direito à igualdade
Criar, pensar, se expressar
Fundar associação
De ter, de ser, de casar!*

*– Direito a educação
Saúde, trabalho, lazer
Segurança, previdência
Direito a sobreviver
Proteger o idoso, a criança
Mesmo o direito de crê...*

*– Achar direitos humanos
Tratar só do criminoso
É pensamento restrito
É só crê no duvidoso
Ver-se apenas uma estrela
No céu imenso, espantoso!
(...)*

O fato de reconhecer que esses direitos são assegurados a todos não significa, porém, e nem garante que são respeitados e cumpridos. Basta observar ao nosso redor para perceber o quanto ainda é preciso lutar para conquistá-los plenamente.

A organização internacional Unidos pelos Direitos Humanos produziu, em 2009, um vídeo intitulado “A história dos Direitos Humanos” (disponível em versão legendada no endereço <https://www.unidospelosdireitoshumanos.org.br/what-are-human-rights/brief-history>), que pode ser apresentado aos participantes. O vídeo é uma oportunidade de iniciar uma “leitura” sobre diferentes contextos históricos para entender melhor como chegamos até o momento em que se tornou fundamental a elaboração do documento que ficou conhecido como *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

Essas três propostas de atividade (as placas de aviso, o cordel dos Direitos Humanos e o vídeo) são boas oportunidades de dar início a uma reflexão acerca do que tratam esses direitos. Uma forma bem interessante de começar uma conversa após realizá-las seria convidar todos a compartilhar aspectos surpreendentes da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que os surpreenderam ou mesmo explicitar um direito que ainda não conheciam.

Encerrando e trazendo o tema para o âmbito da escola, pode-se propor a seguinte pergunta a todos: De que maneira, no nosso trabalho na escola, podemos colaborar para que os Direitos Humanos se tornem efetivamente direitos de todas e todos?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

As atividades deste bloco possibilitam que os participantes compreendam a natureza da Educação em Direitos Humanos de que tratamos aqui. É comum confundi-la com o ensino sobre os Direitos Humanos (quais são os Direitos Humanos, a sua história de luta e conquistas, o quanto ainda é limitada a sua implementação) e também com uma formação para os Direitos Humanos (voltada para a atuação dos movimentos sociais na luta pela garantia dos direitos para todos). Ambas são muito importantes, necessárias e, não sendo estanques, se entrelaçam, complementando-se. Entretanto, como já apontado, aqui o foco está colocado na Educação em Direitos Humanos como uma *educação em valores*, realizada na escola, para a qual a metodologia toma um lugar muito especial, pois define as situações vivenciadas pelos alunos, por meio das quais se constroem os valores.

Atividades

O texto da professora Maria Victoria Benevides destacado a seguir traz as ideias centrais da concepção de Educação em Direitos Humanos que orienta este projeto, assim como os documentos oficiais brasileiros sobre o assunto, como o Programa Nacional de Direitos Humanos, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Uma leitura orientada pela questão “O que é Educação em Direitos Humanos e o que seria essencial buscar garantir na prática das escolas?” possibilita um mergulho nessas ideias. Depois, uma troca no grupo favorecerá o aprofundamento e a ampliação da compreensão do que nos coloca a professora Benevides.

“A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais. Primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança. Terceiro, é uma inculcação de valores para atingir corações e mentes, e não servindo apenas de instrução meramente transmissora



A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem.”

Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, ONU, 2006



de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou essa educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional (os educadores e os educandos) ou ela não será educação, e muito menos educação em direitos humanos. Esses pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção.”

Maria Victoria Benevides

A Educação em Direitos Humanos na escola

O texto sobre EDH das páginas seguintes pode ser lido em pequenos grupos e analisado a cada parágrafo, tendo como base as questões: Como as ideias apresentadas no texto se refletem na prática da sua escola? É possível especificar situações concretas do cotidiano escolar que permitem concretizar a Educação em Direitos Humanos na escola? Cada grupo poderá apresentar uma síntese da sua produção em um cartaz ou qualquer outro tipo de registro para que todos possam analisar o conjunto das produções e pensar o quanto a escola já contempla os princípios da EDH e quanto mais pode avançar. Vale a pena registrar essa discussão.

EDH é uma educação em valores para a qual a experiência do respeito mútuo é essencial

O ensino e a aprendizagem de valores relativos aos Direitos Humanos têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar. Quem não se sente respeitado também não respeita. Assim, respeitar o outro e se fazer respeitar é questão central e permanente uma vez que a capacidade de se autogerenciar com base no respeito mútuo vai se tornando cada vez mais efetiva e refinada ao longo da vida e das experiências. Essa é a base da educação em valores.



EDH acontece na experiência vivida, e não apenas com base em saberes teóricos

Quando falamos em Educação em Direitos Humanos, falamos do ensino de valores na perspectiva da formação de sujeitos de direito, isto é, de pessoas que aprendam a afirmar esses direitos de modo autônomo e democrático; que saibam dos direitos seus e dos demais e que compreendam sua responsabilidade para com os direitos de todos. Que compreendam que esses direitos envolvem uma multiplicidade de deveres por conta da universalidade dos direitos, sua indivisibilidade, sua reciprocidade. Portanto, para criar e desenvolver o compromisso com os princípios que sustentam os Direitos Humanos, é importante ter a possibilidade de experimentá-los e de refletir com seus pares acerca da experiência, para, assim, adotá-los, por sua própria vontade, como princípios de vida. Em outras palavras, é preciso vivenciar para compreender em profundidade o seu sentido, e não apenas ter conhecimentos sobre os DH, mesmo sendo este um ponto muito importante, pois não há esse conhecimento no Brasil.



EDH pede protagonismo de quem aprende

Atuar como protagonista possibilita aprender a tomar decisões e a atuar coletivamente, reconhecendo seu papel e considerando o dos demais, e, com isso, construir uma imagem de si próprio como cidadão. Em outras palavras, o protagonismo promove o empoderamento (a crença na própria capacidade e possibilidades), necessário para atuar e fazer valer os DH na sociedade. O trabalho educativo será orientado no sentido de proporcionar situações para que os princípios sejam colocados em prática, de modo que todos, adultos, crianças e adolescentes, se envolvam no planejamento e na realização de ações internas e/ou externas à escola, como promotores e defensores dos Direitos Humanos, visando às reais transformações em seus contextos de vida e/ou no convívio escolar.

Na EDH, o trabalho coletivo é essencial

Ainda que seu aprendizado se inicie no âmbito familiar, valores e atitudes são produções sociais e são aprendidos em contexto social. Daí, a importância de priorizar atividades coletivas: o diálogo, o debate, a troca e a cooperação são contextos essenciais para a construção dos valores em questão. Pela mesma razão, na escola, na medida em que todos fazem parte de uma mesma comunidade educativa, todos os integrantes precisam estar envolvidos no processo de EDH. Portanto, é necessário cuidar especialmente das relações interpessoais que se dão nas diferentes instâncias da instituição e entre os diferentes participantes dela e também incentivar, valorizar, priorizar e planejar momentos educativos em que se aprenda a trabalhar coletivamente e de acordo com os valores que fundamentam os DH.

EDH precisa contemplar a história da luta pelos Direitos Humanos

Outro elemento metodológico importante da EDH, que possibilita a compreensão aprofundada das questões da realidade atual, é a perspectiva histórica dos Direitos Humanos, das lutas para conquistá-los e para assegurar a sua prática, como aqueles vinculados ao direito ao trabalho, ao direito a uma vida digna, ao direito à educação e à cultura da humanidade. É importante ter uma visão de que esses direitos constituem um conjunto em construção, que há situações em que ocorrem conflitos de direitos, que há lutas sociais para a sua garantia nos mais diversos países e momentos históricos, que novos direitos podem ser acrescentados aos atuais com base em novas situações históricas e novos movimentos e que é preciso não deixar que se repitam situações de desumanidade, como os períodos de morticínio dos indígenas brasileiros, da escravidão, da ditadura do Estado Novo e da ditadura iniciada com o golpe civil-militar em 1964. No âmbito internacional, acontecimentos que, embora externos, impactaram a sociedade brasileira (como o Holocausto) também precisam ser conhecidos para que não se repitam. Essa perspectiva histórica deve estar em diversas situações coletivas de aprendizagem.



As escolas assumem importante papel na garantia dos Direitos Humanos, sendo imprescindível, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, a criação de espaços e tempos promotores da cultura dos Direitos Humanos. No ambiente escolar, portanto, as práticas que promovem os Direitos Humanos deverão estar presentes tanto na elaboração do projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos quanto na formação inicial e continuada dos profissionais da educação.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

EDH acontece ao longo da vida

Ninguém nasce justo, respeitoso, sabedor dos próprios direitos e dos direitos dos demais. Aprendemos a sê-lo. E nos tornamos cada vez mais capazes de ser à medida que podemos praticar e conviver com quem pratica esses valores. Essa não é uma aprendizagem pontual nem simples. Demanda tempo, vivência e reflexão. As crianças, os adolescentes e os jovens vão construindo (ou não!) paulatinamente as capacidades para serem justos, para usar o diálogo na resolução de conflitos, para reconhecer a perspectiva do outro, para compreender a complexidade das situações, para gerenciar as suas ações com base em princípios. Por isso, a EDH precisa ser pensada como um processo contínuo e permanente, ser realizada ao longo de toda a escolaridade, de modo que a sua prática se torne parte intrínseca da tarefa educativa.

EDH nos documentos oficiais

A discussão da Educação em Direitos Humanos não é novidade no Brasil. Podemos citar importantes documentos que, ao longo do tempo, deram sustentação e legitimação à luta pelos Direitos Humanos, buscando a cultura de Direitos Humanos na escola: o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (2009), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – Direitos Humanos (homologadas pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2012).

É possível conhecer os documentos oficiais da Educação em Direitos Humanos do Brasil na íntegra visitando os sites indicados na bibliografia.

Como reflexão final, cada participante poderá compartilhar algo que aprendeu nessas atividades.

Texto de apoio

EDUCAÇÃO EM VALORES

“Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis, política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

Parecer CNE/CEB n. 20/2009 – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Princípios Éticos

Será possível ensinar valores na escola? Para responder a essa pergunta, talvez a melhor forma seja fazer outra pergunta: Será possível **não** ensinar valores na escola?

É importante compreender que a educação em valores está profundamente ligada à escola como espaço de convivência e socialização, desde os primeiros anos de vida. Mesmo sem saber, ou sem querer, os educadores estão sempre ensinando e os alunos estão sempre aprendendo valores, seja por meio dos conteúdos das aulas, seja pela participação no convívio escolar, nas interações com todos os integrantes da comunidade escolar.

Convívio escolar

Quando falamos de convívio escolar, estamos nos referindo a todas as relações e situações vividas em função da escola, de seu projeto político-pedagógico, não só em seus diversos espaços (solário, trocadores, banheiros, corredores, pátios, secretaria, sala dos professores, salas de aula, salas de leitura, laboratórios de informática educativa, cozinhas e refeitórios, piscina, quadra etc.), como também nos espaços educativos fora da escola (passeios, viagens de estudo de meio, saídas a teatros e exposições, espaços de parceiros etc.). No convívio escolar, destacam-se as relações vividas entre os diversos integrantes da comunidade escolar (alunos, diretores, coordenadores, professores, profissionais de apoio, famílias, parceiros, terceirizados etc.).

A comunidade escolar, então, precisa se qualificar como uma *comunidade de aprendizagem*, em que todos se dispõem a aprender: do aluno ao diretor, do funcionário da limpeza ao segurança, do parceiro da organização não governamental ao parceiro de outros equipamentos públicos, como os profissionais da Unidade Básica de Saúde ou da Guarda Civil Metropolitana. Todos precisam se entender como educadores e aprendizes. Essa abertura para o novo ajudará a fazer desse grupo um coletivo criativo.

Não se trata de formar “cidadãos bons”, dóceis, bem-educados, que tenham boas maneiras, que obedeçam à lei apenas como ato de submissão. Trata-se de uma formação ética fundada na construção da autonomia e que serve de base para uma vida cidadã. A proposta é formar cidadãos que adotem os valores e as normas deles decorrentes, por legitimá-los por meio de uma compreensão crítica, por acreditar que são bons para si e para os demais e não por serem obrigados a isso ou por controle externo. Essa é uma reflexão que mobiliza racionalidade e afetividade e que não é isolada, precisa se dar na relação consigo e com o outro, na vida pública, com a igualdade e com a diferença de cada um. E, aqui, é importante considerar pelo menos dois aspectos que interferem no processo educativo: a construção do autorrespeito e da capacidade reflexiva.

O autorrespeito, ou uma autoimagem positiva

Os alunos precisam perceber os valores que queremos ensinar como algo bom, de que podem se orgulhar, que os valoriza diante deles próprios, de seus pares e dos adultos com quem convive (familiares, educadores ou outros). A autoimagem positiva ajuda os alunos a se acreditarem dignos de respeito. Nesse sentido, o pertencimento a determinado grupo (a escola, a comunidade, o time), a aceitação pelos demais, o sentir-se valorizado e o compartilhar realizações são fatores favoráveis tanto para a construção da autoimagem positiva quanto para a adoção dos valores desse grupo, podendo fazer com que *sejam desejados e façam parte da identidade pessoal do grupo*. De outro modo, situações de injustiça, humilhação e exclusão destroem o autorrespeito de quem as sofre e podem gerar sentimentos de depressão, reações de apatia ou agressividade e violência.

A capacidade reflexiva

Se o que desejamos é autonomia (e não obediência), é preciso que os alunos aprendam a refletir sobre as normas que desejamos que cumpram para que possam compreender os valores que as orientam, compreender a sua finalidade, julgar a sua justiça e a sua pertinência e para construir outras normas que ajudem a organizar a vida comum na escola. Esse é um trabalho educativo valioso que possibilita atribuir sentido às regras, adotá-las de modo consciente e responsabilizar-se pelo seu cumprimento. O mesmo se aplica às decisões que os alunos precisam tomar no dia a dia: precisam aprender a pensar sobre os valores que estão em jogo, sobre as causas e as consequências de diferentes decisões possíveis, sobre as intervenções necessárias para fazer valer os princípios de justiça e solidariedade, considerando a perspectiva do bem comum. Se queremos que aprendam a respeitar ideias diferentes das suas, temos que ensiná-los a dialogar. Assim, é possível que essa capacidade e essa atitude de refletir e decidir com base em princípios se desenvolvam e se tornem cada vez mais potentes.

Outro aspecto muito importante no processo educativo no que se refere aos valores é a coerência entre o discurso e as ações dos adultos e educadores. Aí também se inscreve a questão das punições. É essencial refletir sobre sua função educativa, promotora da adesão aos valores, e não o contrário. Nesse quesito, estão em jogo a justiça e a correspondência entre a sanção e a transgressão praticada.

Quanto mais a sanção tiver relação com o ato praticado e com a reparação dele (física ou simbólica), maior a possibilidade de ser considerada justa e de proporcionar aos sujeitos envolvidos uma experiência alternativa ao papel de transgressor, favorecendo a formação de uma imagem de si como alguém capaz de respeitar e ser respeitado. Assim, ter a oportunidade de se responsabilizar pelo ato cometido e lidar com seus efeitos por meio de uma sanção justa (e não meramente vingativa) permite àquele que cometeu o ato se colocar como sujeito diante do outro. Dessa forma, a sanção será um ato educativo, como devem ser as práticas escolares.

Segundo o Programa Mundial de Educação em DH (PMDE, ONU, 2006): “A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem”.



EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA É RESPONSABILIDADE DE TODOS

Para a Educação em Direitos Humanos acontecer, é importante que o envolvimento da equipe da escola seja coletivo e também pessoal, pois demanda o compromisso de cada integrante e a mobilização coletiva para implementar um processo de revisão das práticas educacionais no convívio escolar.

Nesse sentido, para definir juntos uma maneira de trabalhar, é fundamental compartilhar os desejos que movem cada um no Projeto e alinhar caminhos para ter clareza de onde se quer chegar.

Atividades

MAPA DOS SONHOS E DOS PESADELOS PARA A ESCOLA

O principal objetivo desta atividade é criar um espaço onde cada um possa compartilhar valores, sonhos e também dúvidas e temores relativos à ideia de tomar (ou não) o respeito mútuo como princípio de convivência no ambiente escolar. Dessa forma, será possível visualizar onde se quer chegar (e onde não se quer chegar) e o que o grupo deseja e precisa construir na escola.

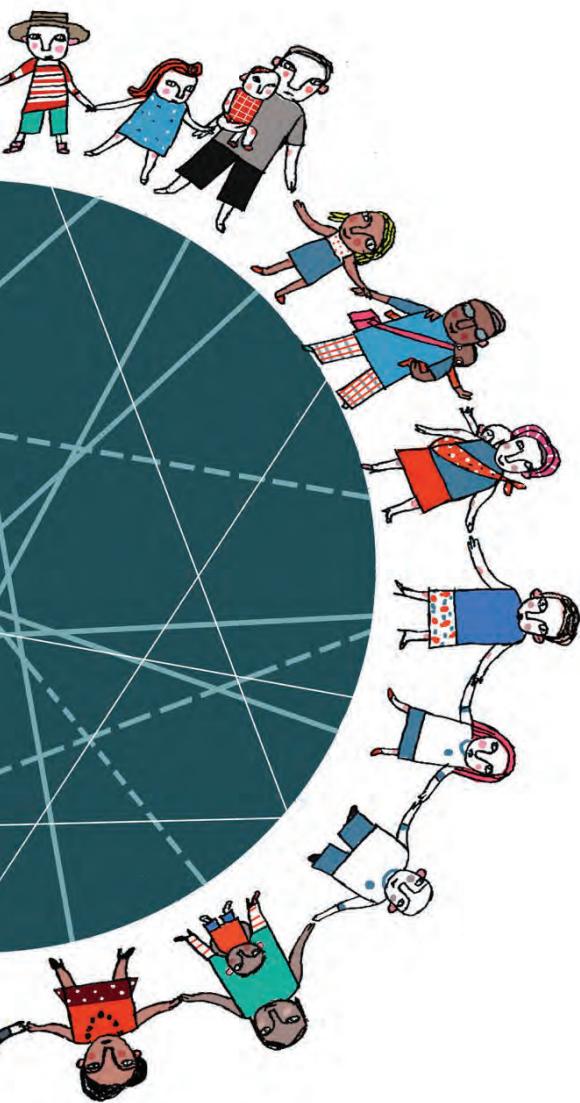
Nesta atividade, sugerimos a realização de uma *coleta de sonhos e pesadelos* para a escola, que pode acontecer da seguinte maneira:

1. Cada participante recebe duas pequenas fichas de papel, cada uma de uma cor. Pensando na presença do respeito mútuo na escola, a proposta é que os participantes escrevam, numa delas, um sonho que quer ver realizado na sua escola e, na outra, uma situação que não gostaria que se estabelecesse na escola (pesadelo).



O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (...) Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político, e seria uma ingenuidade não ‘re-conhecer’ que os sonhos têm seus ‘contra-sonhos’.”

Paulo Freire, em Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos



2. Com isso, é possível confeccionar coletivamente um cartaz, no qual serão afixados, de um lado, os sonhos e, do outro, os pesadelos de cada um. É importante que se reserve um tempo para que todos possam observar e conhecer o que foi afixado, comentar, conversar e compartilhar as suas impressões.

3. Depois dessa breve conversa informal, os participantes tentarão organizar as fichas de cada um dos lados com base em critérios como: sonhos possíveis/impossíveis de se realizar; sonhos de curto/médio/longo prazo; sonhos compartilhados/de alguns, aqueles que mais se repetem etc. O mesmo pode ser feito com os pesadelos: pesadelos coletivos/individuais; pesadelos que já nos ameaçam; pesadelos distantes, os que podem ser evitados etc. É importante que essa etapa não seja feita em silêncio e que todos possam “pensar alto”, por assim dizer, até que o quadro fique pronto. A ideia de usar as fichas possibilita a movimentação delas no quadro, inclusive da área dos sonhos para a dos pesadelos, se o grupo assim desejar.

4. Sugerir a todos que olhem atentamente para o quadro e o tomem como ponto de partida e referência para as ações de valorização do respeito e dos valores no espaço escolar.

5. Fotografar e guardar o quadro/mapa para que possa ser retomado, consultado e/ou modificado pelo grupo em outros momentos do Projeto.

Ao final, cada participante poderá expressar, com uma palavra, a sensação de compartilhar essas ideias.

Um mural-símbolo do Projeto

Vamos dedicar um tempo para conversar sobre o Projeto e fazer um pacto entre os integrantes do grupo. Do que trata esse projeto? O que pode mudar no meu trabalho e na escola? E nas relações entre todos? Quais são os sonhos de cada um e do coletivo? Essa reflexão permite o alinhamento de expectativas e facilita o diálogo ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto, fortalecendo ou criando laços entre todos do grupo.

A atividade proposta a seguir tem a função simbólica de iniciar os trabalhos, possibilitando que todos se sintam *no* grupo e *com* o grupo.

A sugestão aqui é a construção coletiva de um mural do Projeto Respeitar é Preciso! que envolva a todos em torno do material para confeccionar um painel e assim divulgar todas as ações do Projeto, os avisos do que irá acontecer (dias de encontros, atividades, pesquisas), notícias do que já aconteceu (os encontros, o que foi decidido, o que foi feito, entre outros). O painel pode conter textos, fotos, ilustrações e o que mais for conveniente para cumprir a função de reunir e divulgar informações relacionadas ao Projeto.



Fique de olho É importante afixar o painel num lugar visível e acessível da escola.

Este encontro pode ser finalizado com a produção e a leitura de uma carta de intenções, a declamação de poemas sobre os Direitos Humanos ou como cada grupo decidir expressar o seu desejo de fazer Educação em Direitos Humanos. É importante lembrar que isso se torna um compromisso. A cada obstáculo a ser superado, será preciso relembrar e retomar esse desejo, reafirmando a vontade de todos de estar nessa empreitada e os motivos pelos quais se comprometeram com ela. É um momento a ser festejado. E existem muitas formas de fazer isso.

Fazendo valer as experiências anteriores

Todos já tiveram experiências anteriores de vivências em grupo e aprenderam com elas. É importante resgatar essas experiências para enriquecer o aprendizado que esse projeto possibilita.

Compartilhar experiências positivas e negativas de grupo de estudos ou trabalho do qual já tenham participado é uma forma de trazer à tona o que se avaliou e o que pode contribuir com a experiência atual. À medida que os participantes de cada grupo as compartilham, é interessante registrar em poucas palavras quais fatores contribuíram para que fosse uma boa experiência e quais fizeram com que a experiência fosse negativa. Algumas questões podem servir como pontos de partida para essa reflexão:

- Como avaliar se uma experiência em grupo foi boa ou não?
- Como o grupo foi organizado? Quais foram os principais combinados? Quais dinâmicas de trabalho foram eficazes?
- O que não funcionava bem no grupo? Que dinâmicas não foram eficazes? Quais foram os entraves? O que não gostariam de repetir nesse projeto?
- Que valores foram contemplados no modo de funcionar da experiência positiva? Que valores deixaram de ser contemplados no modo de funcionar da experiência negativa?

É interessante organizar e registrar tudo o que foi elencado nesta atividade, de modo que essas informações possam ser utilizadas em diferentes momentos, neste e em outros projetos. Para isso, pode-se fazer um registro coletivo (na lousa ou em folhas grandes de papel) listando os diferentes aspectos que surgiram (positivos e negativos) em duas colunas: “O que queremos repetir” e “O que não queremos repetir”.



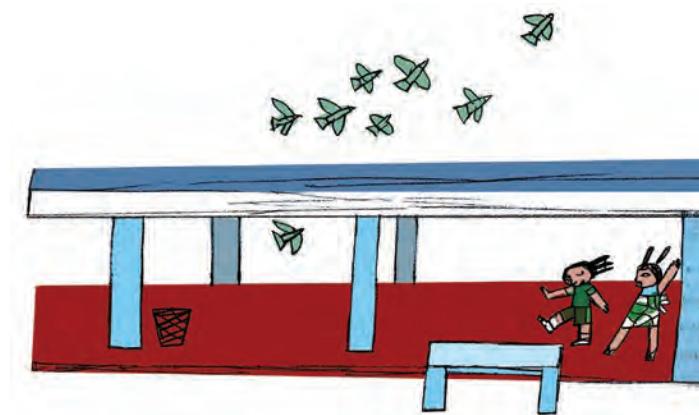
Vale a pena também explicitar os pontos de funcionamento e organização que já podem ser considerados *combinados* de funcionamento e organização, contemplando a discussão anterior e as atividades que serão realizadas na continuidade destas. Compartilhar expectativas em relação ao desenvolvimento das próximas atividades no que diz respeito ao funcionamento do grupo é uma maneira de fortalecer o próprio grupo e validar os combinados feitos, ressaltando que, em diferentes momentos, decisões serão tomadas ao longo do trabalho na medida em que se mostrarem necessárias e que, portanto, nenhum combinado é fixo ou eterno.

MAPEAMENTO: UM OLHAR CUIDADOSO PARA A ESCOLA

A Educação em Direitos Humanos é um movimento de mudança cultural que visa transformar práticas muitas vezes naturalizadas no ambiente das escolas. Para isso, é preciso voltar-se para a própria escola com um olhar interessado em descobrir se, o quanto e como ela está comprometida com a promoção e a vivência do respeito mútuo, tomado aqui como base para a vivência de relações não violentas. Assim, é essencial olhar a escola não só como um espaço físico, estático e aparentemente perene, imutável, mas compreendê-la como um sistema de relações entre tempos, afetos (percepções, sensações e sentimentos), pessoas, coisas...

Nesse momento do Projeto Respeitar é Preciso!, a proposta é elencar tanto as situações que nos apontam a existência do respeito mútuo quanto aquelas que nos preocupam nesse sentido e, por isso, precisam ser transformadas. É um levantamento que possibilitará iniciar uma análise da instituição do ponto de vista da qualidade das relações, do que é básico e essencial para o ensino de valores, para subsidiar a formulação de um plano de ação que nos oriente para alcançar as mudanças necessárias.

Para aprofundar nesse ponto, indicamos a leitura do texto de apoio “Um processo de mudança no coletivo” (p. 107).



Navegar pela escola

Vamos iniciar pela confecção de um “mapa” da escola, construído com base nos olhares e nos sentimentos de todos os participantes do Projeto. A sugestão é desenhar uma planta grande (que pode ser estilizada) para cada andar e incluir no térreo a área aberta da escola. O desenho da planta pode ser previamente preparado ou realizado na hora da atividade.

É importante “reconhecer” a escola, olhar com outros olhos e ver o que muitas vezes não vemos por causa de um automatismo cotidiano. Vale retomar os registros das situações de respeito e desrespeito vivenciadas e coletadas no grupo em momentos anteriores, como o da realização da atividade “Respeito é bom e eu gosto”, caso já tenha sido realizada, ou outras situações em que essa questão foi discutida. A ideia é que o grupo de educadores (e, se possível, incluir grupos de alunos) faça uma caminhada “à deriva” pela escola para uma primeira exploração, de modo que cada participante se perceba nos diferentes espaços e identifique:

- Quais espaços costuma frequentar mais e quais frequenta menos.
- *Como, para que e com quem* utiliza esses espaços.
- Que lembranças, sensações e sentimentos afloram em cada um desses espaços.

Cada participante poderá escolher três espaços e registrar as suas percepções:

- as sensações agradáveis e desagradáveis;
- o que a organização e o estado de conservação comunicam;
- como as pessoas circulam e interagem;
- as regras implícitas e explícitas que vigoram nesses espaços;
- as situações de respeito e desrespeito já vividas ou presenciadas nesses espaços.

//
A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode se dar fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire



Quanto mais claro e rico for o registro dessas percepções, mais completo ficará o mapa coletivo do grupo, reunindo todas as impressões dos participantes para que se tenha um panorama dessas questões na escola. Os registros podem ser feitos por escrito, foto, desenho etc.

Um primeiro mapa coletivo – Cada pessoa tem as suas experiências, as suas impressões, os seus sentimentos e um olhar singular para o que acontece no dia a dia vivido nos espaços da escola. São esses sentidos que compõem a escola real e que, ao serem explicitados e organizados, permitem que o grupo reflita sobre o que essa instituição comunica e sobre quais valores ela ensina na prática. Para essa reflexão, pode-se usar como apoio o desenho de uma planta baixa da escola, sobre o qual são colocados os registros feitos durante a caminhada “à deriva”. Isso dará visibilidade a esses espaços, permitindo que o grupo pense junto. Assim, os escritos, as fotos e os colados ou produzidos na planta baixa, vão compor um “mapa do respeito” da escola. Além desses registros, vale a pena incluir e localizar as situações de respeito e desrespeito vivenciadas que tenham sido coletadas em atividades anteriores.

Roda de conversa – Com uma roda de conversa em volta do mapa, na qual sejam trocadas as lembranças e as observações feitas durante a caminhada pela escola, o grupo poderá construir uma representação compartilhada, destacando as semelhanças e as diferenças, as potencialidades e os problemas sobre os quais vale refletir. Esse exercício, assim como o mapa de sonhos, possibilita a visualização do caminho necessário para que a escola real se torne a escola desejada pelo grupo.

É importante elencar as principais questões emergentes da conversa, pontuando tanto o que foi indicado como aspectos da escola que indicam a necessidade de um olhar mais cuidadoso, quanto aquilo que já existe de positivo como fato ou como potencialidade. Vale a pena encerrar essa conversa com a seguinte questão: Modificamos a visão que tínhamos da escola?

//
(...) é importante lembrar que, inerentes à convivência humana, os conflitos também se fazem presentes nas instituições de educação. (...) Assim sendo, tais instituições devem analisar a realidade criticamente, permitindo que as diferentes visões de mundo se encontrem e se confrontem por meio de processos democráticos e procedimentos éticos e dialógicos, visando sempre ao enfrentamento das injustiças e das desigualdades. É dessa forma que o ambiente educativo favorecerá o surgimento de indivíduos críticos, capazes de analisar e avaliar a realidade a partir do parâmetro dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

O mapeamento: identificando problemas e potencialidades

Aquilo que foi levantado com base nas impressões e nas experiências pessoais durante a caminhada “à deriva” e na montagem do mapa precisa ser analisado coletivamente para que a reflexão não fique restrita às impressões individuais.

Para tanto, a proposta é aprofundar o olhar sobre a escola focando nos aspectos apresentados a seguir, organizados em cinco campos de análise, que consideramos bastante importantes:

Campo 1) **A comunicação** – As formas de comunicação que existem na escola.

Campo 2) **Desacostumar para mudar: regras e normas de convívio** – As regras de convivência e funcionamento da escola.

Campo 3) **O espaço e o tempo** – A organização do espaço e do tempo escolar.

Campo 4) **O patrimônio de conhecimento que a escola possibilita construir** – Os conteúdos historicamente construídos, selecionados para o Ensino Fundamental e as experiências planejadas na Educação Infantil.

Campo 5) **A rede de relações** – As relações que se estabelecem entre todos os integrantes da escola (alunos, profissionais de apoio, professores, diretores, coordenadores, adultos responsáveis, familiares etc.).



Esses campos foram propostos para facilitar a análise, mas podem ser organizados de forma diferente, sendo criados outros campos interessantes a serem incluídos na atividade. Os campos se interpenetram, e muitas vezes a análise de um deles remete a questões que estão explicitadas nos demais, já que são expressões da complexidade da vida escolar e, portanto, não podem ser tratadas de maneira estanque. Também por isso, os profissionais de cada escola podem escolher se vão analisar de início todos os campos, alguns ou apenas um, de acordo com as suas possibilidades.

Importante: Nenhuma das atividades apresentadas aqui possibilita uma análise completa dos campos eleitos. São sugestões que podem ajudar a olhar a escola de modo analítico e diferente do que estamos acostumados para detectar situações em que o respeito não está presente. Ao final das atividades propostas para refletir sobre cada campo de análise, o grupo contará com um quadro para o registro coletivo do trabalho realizado, o que contribuirá bastante com a organização das próximas etapas.



Fique de olho

Em razão da relevância dessas reflexões, é importante desenvolver as atividades em diferentes encontros para que se tenha mais tempo e todos possam pensar sobre os diferentes aspectos da vida escolar, seus problemas e suas potencialidades, produzindo um mapeamento que melhor a represente. Esse tempo e o número de encontros devem ser gerenciados de acordo com as possibilidades em cada local. Portanto, as atividades propostas para o mapeamento podem ser agrupadas em um, dois ou mais encontros.

CAMPO 1) A COMUNICAÇÃO

A comunicação envolve sempre dois lados (quem comunica e quem recebe a comunicação) e também um contexto. Assim, o campo de análise da comunicação está intimamente ligado ao das relações interpessoais, pois demanda a participação de duas pessoas, no mínimo. Quando falamos de co-



comunicação, falamos de algo muito amplo: da forma de comunicar, de canais e espaços existentes para a comunicação etc.

A comunicação pode acontecer por meio da fala, da escuta, da escrita, da leitura, do olhar, da postura, do gesto... Pode ser presencial ou a distância, por meio de alguma tecnologia (telefone, celular, computador) e de diferentes ferramentas (e-mail, redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas). Tão importante quanto emitir uma mensagem (falar, escrever e gesticular de modo a se fazer entender) é dedicar esse cuidado também à compreensão, isto é, à escuta ativa, à leitura e à observação. Nesse sentido, a preocupação com os nossos interlocutores deve ocupar um grande espaço nas situações de comunicação. “Escutar” (seja por qualquer meio) o que o outro tem a nos dizer é, sem dúvida, condição para que ele se sinta digno, respeitado. O contrário (não ser ouvido nem levado em consideração) sugere uma situação de desrespeito. Então, aprender a ouvir e exercitar a escuta é tão essencial quanto saber falar e exercitar a fala.

Outro ponto fundamental é a circulação da comunicação numa comunidade como a escola. É comum acontecerem lapsos e ruídos na comunicação, tanto entre os adultos quanto destes com os alunos, o que costuma gerar problemas disciplinares ou de aprendizagem (no caso dos alunos) e problemas de integração da equipe e de gestão (no caso dos adultos). Se não existirem estratégias que façam a comunicação fluir, algumas pessoas ficarão impedidas de receber as informações, as reflexões e os encaminhamentos produzidos no contexto do qual fazem parte, o que as fará se sentirem ignoradas e, com isso, desrespeitadas.

Atividades

Reflexão em grupo – Estamos sempre nos comunicando, de diferentes maneiras e nas mais diferentes situações, mas, para que haja compreensão e diálogo, é primordial que a forma de comunicação seja sempre cuidadosa e permeada de respeito para quem se quer comunicar.

Algumas questões sobre as quais vale a pena refletir: Comunicamos tudo o que queremos? Acreditamos que podemos ser ouvidos e compreendidos? Ouvimos buscando compreender o que nos é dito? Oferecemos a todos a mesma escuta? Qual escuta?

Por meio dessas reflexões, o grupo poderá descobrir, aos poucos, como a comunicação acontece na escola, identificando as situações de respeito e desrespeito. Pode também observar de que maneiras elas se manifestam: Pela fala? Pelo tom de voz? Pelo gesto? Pelo olhar? Pela escuta? O que pesa mais? A palavra ou o tom de voz? A palavra ou o gesto, o olhar? O que uma palavra, um gesto, o tom de voz pode causar no outro?

Se essas reflexões tiverem sido feitas em subgrupos, é interessante que sejam compartilhadas com todos.



Muito importante a se considerar também em relação à comunicação, mas para além da dimensão interpessoal, são os canais existentes na escola para que as informações possam circular e a expressão de opiniões possa acontecer.

A rede de comunicações de uma comunidade é construída não só pela existência de murais, jornal, entre outros, mas, antes de tudo, pela forma como essa comunicação se dá, como esses canais são utilizados.

Assim, é fundamental pensar: Quais são os canais existentes na escola? Quem organiza essa comunicação? Existem setores ou grupos da escola para os quais o acesso à informação é difícil?

Outras perguntas que podem ajudar a mapear este campo de análise:

- Os canais de comunicação existentes são suficientes? Atingem todos os que frequentam a escola (inclusive os que são analfabetos, aqueles que não têm e-mail, os pouco assíduos etc.)?
- As ideias, os problemas e as opiniões de toda a comunidade são compartilhados para contribuir com a reflexão acerca da sustentação do projeto político-pedagógico da escola?
- Todos os sujeitos envolvidos na rotina escolar sentem que são ouvidos e podem se colocar sempre que necessário e para todas as pessoas?
- É possível identificar desrespeito nas formas de comunicação no dia a dia da escola?
- As diferenças de pensamento e opinião são objeto de diálogo?
- Há espaços de comunicação, diálogo e reunião com todos os segmentos que trabalham na escola?



- Há necessidade de mudanças? Quais? Refletir sobre as mudanças nas quais cada participante gostaria de se empenhar para concretizar.

Síntese do mapeamento do campo 1

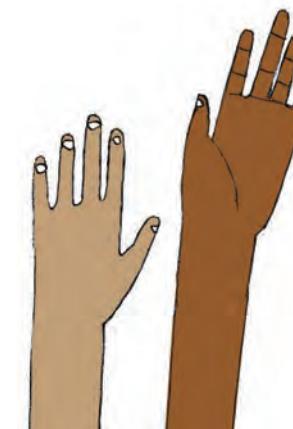
A comunicação	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas formas de comunicação que existem na escola		

CAMPO 2) DESACOSTUMAR PARA MUDAR: REGRAS E NORMAS DE CONVÍVIO

Num ambiente democrático, regras e normas são instrumentos para promover a igualdade de direito e o bem comum. Para isso, precisam ser justas, reconhecidas e legitimadas por todos os que participam do contexto em que se encontram vigentes. Em qualquer instituição, há regras e normas explícitas, e outras que são implícitas. No caso da escola, o Regimento Educacional (ou Regimento Escolar) expressa aquelas que são oficiais. Entretanto, muitas vezes, o cotidiano escolar é regido por normas não ditas, naturalizadas pelo costume e das quais não se sabe a origem nem a razão de ser. Elas estão “embutidas” nas práticas e podem ser muito sutis, muitas vezes pactuadas sem consciência, promovendo violências e desrespeitos. Buscar explicitá-las ajuda a analisar: Quais são justas? É possível encontrar algumas que ajudam a produzir e reproduzir as injustiças sociais? Muitas vezes, essas regras não explicitadas são até mesmo contraditórias com o que está posto no Regimento.

Atividades

Primeiro, vamos olhar para o Regimento e, depois, para aquilo que não está escrito e que muitas vezes dita as regras até do que o próprio Regimento.



Debate sobre o Regimento – Todas as escolas têm um regimento que deve expressar os anseios educacionais da comunidade escolar, por meio de seus princípios e suas regras de convivência. Assim, o Regimento é um instrumento educativo, que tem como finalidade organizar a vida da comunidade escolar, construído de modo participativo para que tenha legitimidade, e não apenas um documento formal. Não é algo fechado ou definitivo, sendo passível de mudanças para atender às questões da vida, sempre em movimento. O importante é que seja sempre discutido e acordado entre todos.

Pensando nisso, uma discussão com todo o grupo pode ajudar a explicitar o papel que o Regimento tem. Para que essa conversa seja produtiva, é necessário que todos conheçam o Regimento Escolar e possam comentá-lo. É interessante que um tempo no início da reunião seja reservado para isso.

Algumas perguntas contribuem com essa discussão:

- Todos os aqui participantes conhecem o Regimento Escolar? E os demais profissionais da escola?
- Os alunos conhecem o Regimento? E os seus responsáveis?
- De que forma e por quem ele foi elaborado?
- Seu conteúdo é efetivamente conhecido e compreendido por todos?
- Em que situações o Regimento é utilizado? Que função ele tem?
- Há sanções previstas para o não cumprimento das regras e normas? Essas sanções (principalmente as que se referem aos alunos) foram pensadas e são efetivadas como parte do processo educativo e como forma de promoção do desenvolvimento da autonomia?



- Existe algo no Regimento que precisa ser revisto?
- Existem momentos para que o Regimento seja apresentado aos novos membros da comunidade escolar? Esses momentos são planejados com a finalidade de que todos compreendam o Regimento?

Essa etapa nos oferece subsídios para, a partir daqui, poder conversar sobre as regras que não existem no Regimento, mas ainda assim estão presentes no dia a dia da escola. A organização em subgrupos nesse primeiro momento possibilita a participação de todos.

Reflexão em subgrupos – Ao analisar a escola como espaço da Educação em Direitos Humanos, é fundamental fazer um esforço para explicitar as normas não ditas e avaliar se estão a serviço da promoção de relações de respeito ou se representam um obstáculo para isso.



A ideia é identificar costumes que impõem formas de funcionamento que nunca foram acordadas. Costumes que, por exemplo, podem impedir alguns setores da comunidade escolar de usufruir de instalações ou que autorizam algumas pessoas a fazer algo que não é adequado para o convívio democrático. Por exemplo: Alguma regra ou costume impede alguém de ter acesso aos livros, CDs e outros materiais da biblioteca, da sala ou do espaço de leitura? Se não é utilizada por todos, já foi analisado o porquê? O seu acervo (e como utilizá-lo) já foi apresentado a todos, incluindo os profissionais de apoio? Outro exemplo: Há escolha ou indicação de alunos para participar de eventos e passeios? Como essas escolhas são feitas? São sempre os mesmos alunos? Qual é, na prática, a regra para isso?

Outras questões para aquecer o levantamento do que pode ser mapeado:

- As regras são consideradas justas? Alguém se sente desrespeitado por alguma regra? Privilegiam-se, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- O que alguns podem e outros não? Da fila na cantina ao uso do celular, os direitos, as obrigações e as proibições são justas para todos? Ou alguns podem coisas que outros não podem? Quando há necessidade de diferenças, elas se justificam (pela responsabilidade ou pela necessidade)?
- Na implementação das normas, são consideradas as pessoas que, por algum motivo, se encontram em situação de desvantagem (pessoas com algum tipo de deficiência, em situação de grande desvantagem social, entre outras)? Isso é colocado claramente para todos?
- Há regras (ou costumes) que separam os locais de refeição? Todos podem usar as mesmas dependências sanitárias?
- Existe, ainda que nas entrelinhas, alguma regra que favoreça o desrespeito a alguém ou a algum dos Direitos Humanos ou aqueles definidos na legislação brasileira (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude etc.)?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Cabe aqui um cuidado: uma discussão como essa pode trazer à tona muitas diferenças no modo de pensar e sentir entre as pessoas do grupo. Assim, é importante que todos possam falar sobre isso.

Ao final, cada subgrupo apresenta para os demais as conclusões a que chegou para que seja feito um registro único.



Síntese do mapeamento do campo 2

Desacostumar para mudar	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas regras de convivência e no funcionamento da escola		

CAMPO 3) O ESPAÇO E O TEMPO

O convívio escolar é organizado pelo tempo e pelo espaço, e estes podem contribuir para sustentar na escola um ambiente regido pelo respeito mútuo e pela soberania dos Direitos Humanos. Para isso, os espaços, assim como a rotina da escola, precisam ser organizados e mantidos com base em princípios e regras que considerem as necessidades educativas e de convivência entre todos para que tanto alunos quanto educadores se sintam respeitados.

Atividades

O espaço

Análise em grupo – O espaço expressa valores e concepções por meio da sua organização, o que inclui a disposição dos móveis, a acessibilidade, a luminosidade, os cheiros que exala, os sons que emite, a temperatura, as cores, o cuidado e o uso que se faz dele.

Olhar para os espaços utilizados todos os dias como se fosse pela primeira vez é um exercício interessante para a observação de aspectos que passam despercebidos no dia a dia.

Assim, em grupos, os participantes podem pensar sobre alguns espaços, como sala de aula, pátio, diretoria, secretaria, refeitório, banheiro, biblioteca, sala de leitura, cozinha e refeitório, compartilhando como sentem esses espaços. O importante aqui é que cada um possa tentar “traduzir” as suas impressões e os sentimentos que esses espaços despertam.



cozinha e refeitório, compartilhando como sentem esses espaços. O importante aqui é que cada um possa tentar “traduzir” as suas impressões e os sentimentos que esses espaços despertam.

Exposição e discussão – As representações podem, então, ser apresentadas por aqueles que quiserem, dando início a uma conversa, que pode abordar, entre outros, os seguintes temas:

- O que cada espaço comunica?
- Esses espaços são organizados e ocupados adequadamente para garantir um clima de trabalho, estudo, lazer e segurança apropriado às suas finalidades?
- O espaço indica que, da parte dos profissionais da escola, há disponibilidade para interação com a comunidade? As pessoas que chegam sentem um local acolhedor?
- Existe a preocupação da escola de garantir o acesso e a permanência de todos a todos os lugares sem que seja necessário lançar mão de recursos indignos, como um aluno com deficiência precisar ser carregado no colo, por exemplo?
- Como a questão da segurança está colocada no espaço escolar (tanto aquela relativa à integridade física das pessoas quanto a dos equipamentos)? A escola precisa de grades, portas de ferro, cadeados, policiamento? Se for o caso, o que isso provoca nas pessoas?
- É possível que existam espaços que são muito bem cuidados e conservados e outros muito mal cuidados. Por quê? O que isso indica?
- Há lugares em que se concentram problemas como brigas, vandalismo ou discussões desrespeitosas? Há outros em que “tudo vai bem”? Quais são eles?



Síntese do mapeamento do quadro 1 do campo 3

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do espaço		

O tempo

Reflexão – A forma como se usa o tempo está intimamente relacionada ao sucesso da tarefa educativa e pode também ser fator determinante nas relações que os alunos estabelecerão entre si e com os adultos. Todos precisam de tempo para que as relações aconteçam de forma saudável e respeitosa. Ainda que a rotina da escola seja bastante complexa e “atribulada”, no que diz respeito aos alunos, é preciso considerar as características das etapas de desenvolvimento em que se encontram, oferecendo o tempo necessário para que tirem real proveito das ações educativas propostas dentro e fora da sala de aula. Quanto aos adultos, é preciso promover práticas de colaboração entre todos para viabilizar o melhor uso possível do tempo de que o grupo dispõe, incluindo aí o cuidado consigo mesmo e com os colegas.

Considerando que o convívio escolar é importante, podemos refletir:

- Há tempo dedicado a conviver com os alunos, conversar com eles e saber sobre a vida deles?
- Há tempo para contato com familiares?
- O tempo do recreio é definido com base nas necessidades dos alunos e dos professores? Quais são elas?
- Qual o tempo dominante nos diferentes espaços da escola? O tempo rápido? Lento? Esses tempos estão de acordo com o que aí se faz?

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.”

Base Nacional Comum Curricular, Ministério da Educação, 2017

- A organização dos tempos atende às necessidades de todos, em especial as necessidades educativas dos alunos?
- É possível pensar e elaborar planos de médio e longo prazos na escola ou só se pensa no “aqui e agora”?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Síntese do mapeamento do quadro 2 do campo 3

O espaço e o tempo	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Na organização do espaço		

CAMPO 4) O PATRIMÔNIO DE CONHECIMENTO QUE A ESCOLA POSSIBILITA CONSTRUIR

Este campo de análise é bastante complexo e, assim como os demais, demanda olhares e debates constantes. Sua especificidade está em ser mais explícito, uma vez que já está, em boa parte, registrado em documentos (o Currículo, o PPP, o Plano Anual), sendo alvo de análises e discussões para planejamento e avaliação. No Ensino Fundamental, trata-se dos conteúdos das áreas a serem construídos pelos alunos e, na Educação Infantil, dos campos de experiências.

As atividades sugeridas a seguir não abarcam tudo o que é possível e necessário analisar neste campo, mas possibilitam um olhar sobre essa questão, um exercício para iniciar a prática de analisar coletivamente os valores e as concepções que os alunos aprendem com aquilo que planejamos intencionalmente. Na função de educadores, precisamos refletir se o que os alunos aprendem é aquilo que a escola tem a intenção de ensinar. Será que estamos realmente ensinando o que queremos ensinar? Será que os materiais, as atividades e a organização da sala de aula são coerentes com os princípios dos Direitos Humanos?



Neste campo, é importante observar as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que se organizam de modo diferente.

Atividades

Reflexão – É essencial um olhar para aquilo que planejamos ensinar e para as ideias e os valores que ficam implícitos nas nossas escolhas, assim como nas nossas omissões, porque podem não ser aqueles desejáveis para a Educação em Direitos Humanos. Na Educação Infantil, mapear as experiências vividas pelas crianças significa reconhecer quais delas são realmente promotoras de descobertas e aprendizagens relacionadas à convivência e ao respeito. Em todas as idades, os alunos aprendem tanto pelo que se ensina quanto pelo modo como se ensina.

Algumas questões que ajudam a fazer uma reflexão geral sobre as intencionalidades educativas da equipe, a ser realizada no coletivo:

- O que gostariam que os alunos pensassem sobre os Direitos Humanos ao final da escolaridade?
- Quais valores essa escola quer ensinar?
- Quais atitudes quer que os alunos desenvolvam?
- Como educadores profissionais, que contribuição essa equipe quer dar à construção da democracia?

Análise – Começaremos o nosso encontro visitando e refletindo sobre o nosso fazer educativo com base no material e no espaço da escola. Apresentamos a seguir algumas possibilidades para análise.



Sobre as práticas da Educação Infantil (EI)

- Considerando a rotina singular desse segmento educativo, em que momentos as crianças podem viver experiências propostas pelo educador com a finalidade de aprender a respeitar o outro?
- Como assegurar às crianças experiências de respeito a ponto de poder reconhecê-las como direitos e poder lutar por eles quando, porventura, não os tiverem reconhecidos?
- Em quais dessas práticas ainda é preciso avançar?

Sobre os livros didáticos do Ensino Fundamental (EF)

- É possível observar neles princípios vinculados à promoção dos Direitos Humanos e uma visão de mundo baseada em conceitos democráticos?
- A luta e a conquista de direitos são explicitadas nos livros didáticos? Situações em que houve violação dos Direitos Humanos são tratadas como tal? Os livros colocam foco nos Direitos Humanos, nos movimentos sociais e no papel da participação na vida pública, ou apenas tratam de heróis mitificados, como a princesa Isabel no caso da abolição?

Sobre os planejamentos (EI e EF)

- O planejamento de aulas leva em conta tempos, espaços, necessidades mais urgentes do contexto dos alunos e de suas comunidades e também a garantia de trabalho com um rol de conhecimentos sistematizados, seja nas aulas do Ensino Fundamental, seja nas experiências da Educação Infantil?



- As atividades promovem o protagonismo de professores e alunos e alimentam experiências nas quais a voz de todas e todos é considerada?
- Os professores das diversas áreas ou grupos etários realizam projetos conjuntos, não só no espírito da interdisciplinaridade, mas também da educação emancipadora e democrática?
- Professores e profissionais de apoio discutem questões do contexto, sua relação com a sala de aula e o espaço escolar buscando manter na escola um clima de aprendizado constante em relação aos acontecimentos da atualidade que, muitas vezes, ainda não estão ou nunca estarão nos livros didáticos?
- As referências e os materiais utilizados pelos professores (como livros didáticos, histórias apresentadas, rituais de cultura) contemplam a diversidade social, religiosa, étnica, constituição familiar, de gênero etc.?

Sobre o projeto político-pedagógico da escola

- Os alunos e seus familiares o conhecem? Podem opinar, debater, discutir e, especialmente, entender por que ele é escrito e debatido?
- O ideal (a lei) de escola laica é respeitado? Ou existem práticas religiosas privilegiadas no dia a dia, como orações antes das refeições, músicas de louvor religioso, festividades, entre outros?
- O calendário de atividades culturais é discutido com todos os segmentos da comunidade escolar? Qual tratamento é dado às datas comemorativas? Procura-se ensiná-las em sua dimensão histórica, política social ou apenas como um feriado para descansar?

- Os alunos são incentivados a participar de concursos, programas, projetos e atividades culturais que possam enriquecer os seus perfis de cidadãos e de estudantes?



Fique de olho

O caderno EDH para Todas as Idades, que faz parte deste material, traz sugestões de atividades a serem realizadas com os alunos, com orientações específicas para os segmentos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Socialização das análises – Apresentar o resultado da pesquisa, buscando relacionar o que foi analisado na biblioteca, no espaço e na sala de leitura, nos livros didáticos e nos espaços da escola, discutindo e procurando responder à questão: O material que utilizamos é adequado e suficiente para abordar com os alunos as questões relacionadas aos Direitos Humanos?

Síntese do mapeamento do campo 4

O patrimônio de conhecimento que a escola possibilita construir	O que vai bem	O que precisa mudar
No que os alunos aprendem		

Pensando na divulgação e na implementação do Projeto Respeitar é Preciso! na escola, é importante que os quadros preenchidos dos campos de análise sejam expostos para a comunidade escolar ver, ler, analisar, comentar, sugerir.



CAMPO 5) A REDE DE RELAÇÕES

Cuidar das relações entre os sujeitos é algo que vai além da cortesia, da “boa educação” e do bom humor. Trata-se de imprimir o respeito em cada uma das ações, estejam elas relacionadas à tomada de decisão, à mediação de conflitos, às atividades rotineiras e/ou à resolução de situações de emergência, considerando sempre o papel que os adultos cumprem na escola: a função de educadores.

Mesmo que os papéis e as funções de todos os que participam do dia a dia da escola estejam definidos de forma clara e minuciosa, as relações que se estabelecem entre as pessoas são bastante complexas e envolvem questões de poder, grau de intimidade e de reconhecimento do do outro, a história de cada escola, a capacidade de escuta mútua, entre tantas outras variáveis. Pensaremos aqui nas relações entre os adultos (gestores, professores, profissionais de apoio, familiares), entre os adultos e os alunos, dos alunos entre si, dos profissionais da escola com a sua comunidade. Todas essas relações são fortemente afetadas por tudo o que se viu até aqui nos campos de análise anteriores.

O olhar atento e o cuidado com essas relações construídas entre todos contribuem de forma decisiva para a sustentação de um ambiente de trabalho e estudo norteado pelo respeito mútuo. Daí, a importância de detectar situações que geram humilhação para os envolvidos e afrontam a sua dignidade, sejam elas dissimuladas ou explícitas. Discriminações e preconceitos de etnia, origem, gênero, posição social, orientação sexual, crença religiosa, idade, entre outras, são combustível para o desrespeito e para as violências simbólicas ou físicas entre os alunos e entre alunos e adultos. Do mesmo modo, o uso arbitrário do poder sobre o outro (lembrando que todos têm poder em alguma medida) e o autoritarismo nas suas múltiplas variações também são formas de violência. Por outro lado, é importante evidenciar relações de solidariedade, acolhimento e reconhecimento respeitoso do outro, valorizando-as e tomando-as como referências de possibilidade.

O campo de análise das relações interpessoais que ocorrem na escola talvez seja aquele que mais vai tocar cada participante e levá-los a refletir sobre a sua prática, a sua postura, as suas atitudes e os seus sentimentos. Contudo, não se trata de identificar responsáveis ou culpados pelas situações (aquelas em que o respeito está presente, ou aquelas em que isso não acontece). O importante é observar como e por que acontecem e, a partir daí, disparar um processo de reflexão focado em como sustentar a soberania do respeito no ambiente escolar, e não na recriminação de situações de desrespeito.

Atividades

Narrativas – Cada participante pode fazer uma rápida narrativa de como costuma ser o seu dia na escola, desde a sua chegada, tentando se lembrar das pessoas com as quais se encontra, o que diz a elas e com quem se relaciona indiretamente. Por exemplo: “Quando entro na escola, a primeira pessoa que costumo encontrar é _____. Vou à cozinha e tomo café feito por _____. Tomo a água que foi colocada por _____. Uso o banheiro que foi limpo por _____. Quando entro no meu local de trabalho, a primeira coisa que faço é _____. Durante o meu dia, me relaciono intensamente com _____”. Uma fala curta, mas que indique algumas das pessoas com quem cada um mais se relaciona e direcione o olhar para quem faz o quê.

Situações cotidianas – Em pequenos grupos, escolhe-se uma situação vivida na escola para analisar e compartilhar as reflexões com os outros grupos. Fazer uma rápida dramatização pode ajudar a todos a expressar as ideias e os sentimentos decorrentes de cada uma das relações abordadas. É importante que a situação escolhida seja considerada marcante ou exemplar de algo recorrente que costuma ser observado nas relações entre as pessoas.

Algumas questões para inspirar a escolha da situação:

- É possível identificar pessoas (adultos ou alunos) que **se sentem** desrespeitadas na escola? Quem? Em quais situações? O que provoca esse desrespeito?



- Que práticas presentes no cotidiano escolar podem provocar o respeito entre as pessoas?
- O que acontece quando alguém se sente desrespeitado na escola? Como são encaminhadas essas situações? Os encaminhamentos são realizados de forma respeitosa?
- Que tipo de discriminação já ocorreu ou costuma ocorrer no ambiente escolar? Como isso acontece?
- Há situações de violência na escola? Que tipo de violência? Em que circunstâncias?
- No ambiente escolar, é possível falar o que se pensa e colocar opiniões mesmo que divergentes da opinião da maioria? Todas as opiniões costumam ser respeitadas? É possível, para o grupo, ouvir e considerar opiniões diferentes das suas?

Preparação da encenação

Depois de escolher uma situação significativa, os integrantes do grupo preparam uma dramatização para apresentar aos demais as questões a serem discutidas e provocar reflexões sobre os aspectos considerados essenciais. A ideia é montar uma pequena cena representando o que acontece e os sentimentos de quem a vivencia.



Fique de olho

Ninguém precisa ser “ator” ou “atriz”, o objetivo é trazer as questões para que sejam vistas e discutidas e não apresentar a melhor peça teatral. Para facilitar a dramatização, o grupo pode representar a situação escolhida em, no máximo, três cenas: contexto, clímax e desfecho.

Encenação e debate – Após as dramatizações de todos os grupos, segue-se um debate sobre a presença do respeito ou do desrespeito com base no que foi apresentado. Pode-se também escolher uma única situação para dramatizar e debater.

Algumas questões importantes para o debate:

- Essas situações acontecem com frequência? As pessoas da escola reconhecem já terem vivido ou presenciado situações como as que foram encenadas?
- Entre as situações apresentadas, quais deixam clara a presença do respeito e do desrespeito? Sabemos que, muitas vezes, o que é respeito/desrespeito para um pode não ser para outro. Por exemplo: O uso do boné pelos alunos em sala de aula; chamar os professores de “sr.” ou “sra.”; falar palavrão; usar o cargo em vez do nome para se referir a alguém (“a tia da limpeza”, “a moça da cozinha”); sair no meio de uma reunião para fazer outra coisa; faltar ou atrasar sem avisar; comentar questões de caráter pessoal de membros do grupo em momentos coletivos (na classe, na reunião de pais).
- Há necessidade de mudanças? Quais?
- Como cada um pode contribuir para realizar as mudanças consideradas necessárias pelo grupo?



Pense nisso

Diferenças precisam ser discutidas. Ainda que não se chegue a um consenso, é importante lembrar que estamos falando da ideia do respeito mútuo e que é possível fazer acordos que contemplem os pontos que forem mais importantes para todos.

O quadro a seguir ajuda a sistematizar o que foi trabalhado.

Síntese do mapeamento

A rede de relações	O que vai bem	O que precisa mudar
Nas relações entre todos os sujeitos		

Texto de apoio

CUIDADOS PARA ABRIR ESPAÇOS DE DIÁLOGO

Criar um espaço de diálogo pode parecer simples. Em princípio, bastaria definir um horário, um local, escolher um tema, fazer uma pauta, reunir todos no local escolhido e seguir a pauta. O que nem sempre é tão simples é fazer desse espaço um momento de efetivas trocas, de conhecimento, reflexões, percepções e sentimentos. Com frequência, os momentos coletivos dos educadores na escola acabam sendo momentos de desabafo, reclamações e defesa de pontos de vista. Momentos de muita fala e pouca escuta. Reuniões que poucas vezes conseguem dar conta de promover discussões e decisões coletivas.

O diálogo entre ideias e opiniões diferentes se apresenta como uma dificuldade. Não contrariar as vozes mais fortes e não expor as próprias ideias para evitar conflitos parecem ser maneiras usuais de lidar com as diferenças.

Trocar implica que os sujeitos tenham histórias, repertórios, formas de pensar, experiências e saberes diferentes, e que, nas conversas, as diferenças sejam respeitadas, ressaltadas e exploradas.



Ora, não parece espantoso pensar que numa escola não se saiba dialogar? Afinal, sem conversa, como gerar aprendizagem numa sala de aula? Sem diálogo, como trabalhar regras de convivência? Como planejar ações educativas sem trocar ideias e experiências? Como lidar construtivamente com conflitos sem escutar uns aos outros?

Diálogos podem ser considerados uma matéria-prima da tarefa educativa.

Numa conversa, todos os envolvidos são igualmente responsáveis pelo seu andamento. Ora, se um começa a desprezar o outro, este, ao se sentir desrespeitado, terá provavelmente a reação de se defender ou atacar, ou se defender atacando e desprezar o primeiro na medida da sua ofensa, do quanto se sentiu ofendido. E, assim, pode se iniciar um círculo vicioso. Na próxima ocasião que essas mesmas pessoas tiverem de conversar, é possível que esse histórico de desentendimento seja reavivado e atualizado... Talvez com novas ofensas, ou má vontade, ou desconsideração, ou surdez seletiva... Um grande desafio é buscar compreender o que faz o outro se sentir respeitado ou desrespeitado.

Conversas exigem disponibilidade e empenho

Indicamos aqui alguns lembretes que podem ser úteis para ajudar a construir esse espaço de aprendizagem que são as rodas de conversa.

1. É junto que se constrói conhecimento

Para abrir espaço de diálogo ou conversa, antes de tudo é preciso estar convicto dessa ideia: construímos conhecimento *juntos*. A intenção precisa ser *construir com os outros*, e não *falar para os outros*.

É preciso estar aberto para o que vier, deixando de direcionar o rumo da conversa. Caso contrário, os participantes poderão interpretar como manipulação ou falta de abertura para novas ideias, e o resultado será o desinteresse ou até mesmo o boicote do encontro.

Também é preciso ter paciência para deixar a conversa fluir e derivar um tanto. A ansiedade que leva a querer chegar muito rapidamente a uma conclusão inibe participações e bloqueia o processo criativo.

É preciso acreditar na potência do grupo para encontrar caminhos novos, mesmo que eles pareçam, em alguns momentos, um tanto quanto sem sentido ou despropositados.

Escutando e convivendo com as diferenças se ensina e se aprende a escutar e a conviver com as diferenças.

Falar sobre conflitos, divergências, proposições e soluções requer a construção de um espaço de confiança. Todos precisam se sentir à vontade para falar sincera e abertamente. Por isso, é fundamental tomar certos cuidados, como: acolher, propor combinados, distribuir a fala, observar a dinâmica do grupo, fazer uma escuta qualificada e até ritualizar pode ser interessante.

2. Acolhimento

Uma boa acolhida passa por uma série de detalhes. A seguir, apresentamos uma lista que vocês podem incrementar ou reduzir, fazendo novos experimentos.

- Preparar o espaço (lembre-se de como você prepara a sua casa para receber os amigos).
- Oferecer água, pipoca ou bombons pode tornar a conversa mais gostosa (o prazer compartilhado cria um ambiente mais favorável ao diálogo).
- Sentar em roda (assim todos podem ver a reação dos demais enquanto falam, criando um ambiente de segurança para falar).
- Compartilhar com todos o roteiro previsto para a conversa (saber sobre o que se vai conversar e para que costuma reduzir a ansiedade e dar foco).

- Perguntar a todos se entenderam a proposta de conversa e convidar todos a participarem (verificando o entendimento e gerando comprometimento).

- Ao longo da conversa, validar a fala de todos, concordando ou não com ela.

- Respeitar o tempo de que cada um necessita para decidir participar com suas colocações.

Ninguém pode ser obrigado a falar. A voluntariedade da participação na conversa precisa ser respeitada, pois cada pessoa tem seu próprio tempo para elaborar aquilo sobre o que se pretende conversar ou se está conversando. Ainda assim, é importante estimular a fala.

Validar a fala de todos talvez seja um dos exercícios mais difíceis: não rebater uma fala da qual se discorda. Escutar, reconhecer, validá-la como uma fala legítima e dar espaço para que cada um possa reconstruir suas próprias verdades com base nas verdades dos outros. Quando a pessoa que está organizando a conversa se mostra aberta a rever seus próprios conceitos, os demais participantes também podem se sentir à vontade para rever os seus.

Assim, vale lembrar: validar não significa concordar com tudo e com todos, mas, sim, viabilizar o direito de todos a ter participação e a se colocar. Com isso, as diferenças podem aparecer e ser trabalhadas no grupo e pelo grupo, sendo as conclusões fruto do diálogo. Desse modo, será possível traçar ações coletivas, mesmo que todos não pensem da mesma forma.

É essencial ter clareza de que, para trabalhar junto, não é necessário homogeneizar as ideias do grupo. Aliás, tanto melhor quanto mais ideias e experiências diversas houver. O mais importante é se deixar contaminar pelas ideias dos outros para criar ações que contemplem o máximo de preocupações, pontos de vista, perspectivas de trabalho etc.

Não é preciso que todos concordem com tudo para chegar a acordos sobre as ações a serem implementadas naquele momento ou contexto com aquelas pessoas.

3. Combinados para a conversa

Os combinados que ajudam na organização dos momentos de conversa podem ser definidos de forma conjunta, com base na explicitação do que cada um precisa para se sentir seguro e à vontade para falar e para se sentir ouvido naquele espaço, bem como na explicitação do seu compromisso com as necessidades dos demais. Esses combinados também podem ser sugeridos e submetidos à aprovação do grupo.

Indicamos aqui algumas sugestões. Usando o bom senso, vocês intuirão quais desses combinados são bons para sua escola e quais, no seu contexto, podem ser descartados:

- Propor que *não se interrompam* as falas uns dos outros. Assim, a conversa flui melhor, e todos têm a oportunidade de falar.

- Propor que todos tentem escutar uns aos outros *sem julgamento*.

- Propor que *cada um fale por si*, explicando que isso ajuda a não se sentir invadido pelas verdades dos outros e facilita a escuta do que cada um tem a dizer.

- Propor que a fala de cada um seja *respeitada também fora daquele espaço* de conversa, para que as conversas não virem “fofoca no corredor”.

- Compartilhar com todos o tempo disponível para a conversa e ressaltar que, com esse tempo, se cada um falar no total durante “x” minutos, todos poderão falar e ser ouvidos.

Por que “propor” e não “dizer quê”? Porque se trata do convite para uma conversa a ser feita **junto** com os demais integrantes da comunidade escolar. Se os combinados

forem impostos, terão poucas chances de serem cumpridos, mas, se forem propostos e acordados por todos (lembre-se de que é preciso verificar sempre a opinião do grupo), essa chance aumenta.

Suspensão do julgamento: A proposta de ouvir sem fazer julgamento tem o objetivo de facilitar a escuta do que cada um tem a dizer e deixar todos mais à vontade para falar o que pensam. Em muitos momentos, enquanto outras pessoas falam sobre determinado assunto, é de extrema importância ouvi-las atentamente, sem interromper e sem julgar o que estão falando antes mesmo de acabar de ouvir. A preocupação de julgar ou contradizê-las apressadamente, muitas vezes antes de ouvir tudo o que elas têm a dizer, pode bloquear a possibilidade de encontrar soluções novas para os problemas, e o apego a ideias prévias pode levar ao desrespeito, à estigmatização e à discriminação de quem pensa diferente. Assim, buscar conhecer e escutar o outro funciona como um antídoto para isso.

Isso não quer dizer que, ao final da conversa, o grupo não possa chegar a uma conclusão sobre seus objetivos comuns, o papel e o grau de envolvimento de cada um, o melhor a fazer diante do discutido etc. No entanto, isso certamente será mais rico e integrador se for antecedido por um diálogo genuíno.



Cada um fala por si: Em grupos de pessoas que trabalham juntas com uma finalidade comum, como é o caso da escola, é bastante frequente que as pessoas falem de maneira generalizante, usando, por exemplo, expressões como “a gente”, “nós”, “a escola” ou “a sociedade”. Se, em alguns casos, esse uso pode se referir ao coletivo, pode também ser uma forma de não se incluir pessoalmente na fala. Não raro, se atribui “à sociedade” os problemas da escola, se fala na “escola”

ou em “nós” para designar alguns sem nomeá-los claramente, se usa o termo “a gente” para indicar uma dificuldade pessoal sem se expor muito, e assim por diante. De outro modo, se cada um falar por si, será possível identificar melhor como cada um se situa em relação ao tema em questão, traçando uma ação coletiva com base nas diferenças que aparecerem.

4. Distribuir a fala

Distribuir a fala significa estimular os que falam pouco a se expressarem e conter aqueles que falam muito.

Assim, algumas estratégias que podem ajudar são: perguntar o que os outros pensam sobre o tema quando alguém estiver monologando, perguntar o que pensam aqueles que ainda não falaram nada, lembrar o tempo combinado para a fala de cada um e explicitar a dinâmica das relações. Por exemplo, se houver insistentes conversas paralelas ou pouca participação, pode ser sinal de que algumas pessoas não se sentem bem para falar no coletivo (por questões hierárquicas, ou de temperamento, ou de classe, ou por dissidências etc.). Nesse caso, se a tentativa de melhor distribuição de fala ou de fazer valer o tempo combinado para cada um falar na sua vez não funcionar, pode ser interessante dividir o grupo em subgrupos, propondo discussões a serem coletivizadas num segundo momento, que podem ser na forma de relatoria ou nos subgrupos se visitando uns aos outros. Com isso, em outra reunião, é possível que as pessoas se sintam mais à vontade ou dispostas para falar no coletivo maior. Aos poucos, à medida que a confiança for se estabelecendo no grupo, todos vão participar.

Tão importante quanto o que você fala é a maneira como você o faz.

5. Observar a dinâmica do grupo

O tempo todo é preciso ficar atento e observar como o grupo se organiza. Uns falam mais que outros? Estão acontecendo muitas conversas paralelas? Alguns parecem

desinteressados? Todos parecem apáticos? Todos falam ao mesmo tempo? Há alguns que nunca falam? Alguém parece especialmente angustiado e realmente precisar falar mais? Como os demais acolhem essa necessidade?

Em algum momento, um desses movimentos vai acontecer. O grupo é vivo, e, por mais que vocês façam sólidos combinados, as coisas se desorganizam e se reorganizam o tempo todo, o que é desejável. Regras seguidas muito à risca, durante muito tempo, podem ser sinal de que algo vai mal, de que a espontaneidade foi inibida. É importante que o grupo esteja sempre em movimento. Nesse caso, firmar novos combinados é fundamental. Isso contribui para a formação do espírito coletivo.

Além disso, é preciso considerar que essa dinâmica está estritamente relacionada às relações de poder vigentes entre os sujeitos presentes. Por exemplo, num grupo misto, ao perceber que alguns funcionários administrativos falam pouco, de maneira muito sucinta e olhando para o diretor ou algum professor (provavelmente marcando uma relação de submissão a essas autoridades), pode-se estimular a fala lembrando que aquele encontro reúne pessoas com diferentes funções na escola: que alguns são educadores porque são professores, outros são funcionários administrativos (e também educadores), outros são educadores familiares; ressaltando que, independentemente de hierarquias, do lugar ocupado ou da formação de cada um, todas as falas são importantes, todas são necessárias e que a riqueza está justamente em poder contar com essa diversidade. Explicitar essa dinâmica pode ser uma fonte de aprendizado para todos.

6. Fazer uma escuta qualificada

Escutar é diferente de apenas ouvir, pois exige sensibilidade para as nuances do outro.

Ao escutar, procuramos entender o que o outro está querendo dizer com base no lugar de onde fala. Ou seja, com base: na cultura de que faz parte (que pode variar de acordo com a nacionalidade, a religião, a raça, o bairro, a cidade, o Estado em

que mora ou de onde vem, o grupo social, a idade, a profissão que exerce etc.); na história pessoal (experiências que já teve na vida); no momento de vida; na situação de fala e no quanto está à vontade nela (situação de trabalho, de intimidade, familiar etc.); no humor do momento etc.

É muito comum que duas pessoas conversem em monólogos, sem uma efetiva troca. Cada um escutando muito mais a si mesmo do que ao outro. É o que acontece, por exemplo, quando alguém fala algo e, como interlocutor, já vai pensando na resposta (defesa ou ataque da pessoa ou da ideia que “imagina” que outro está defendendo) antes mesmo de o outro ter terminado seu raciocínio. Nesse caso, é comum que, quando existem perguntas, elas sejam espécies de armadilhas preparadas para uma “boa rebatida”, e não perguntas que buscam realmente conhecer o que o outro está procurando dizer.

Se estivermos conversando com o intuito de construir algo em comum, além de nos escutarmos mutuamente, precisamos qualificar essa escuta com perguntas que nos ajudem a sair de discursos generalizantes e nos façam pensar naquilo que estamos enfrentando concretamente. Numa conversa de escuta mútua, as perguntas indicam uma curiosidade pelo outro. Não uma curiosidade invasiva, mas uma curiosidade que visa entender o outro e suas ideias com base naquilo que ele está falando.

Por exemplo, quando alguém diz que há muita violência na escola, pode-se fazer perguntas que ajudem essa pessoa e o grupo a explorar de que violência se está falando: quem presencia; quem vivencia essa violência; quem a pratica; contra quem; como a escola contribui para essa situação; como cada um, nos diferentes espaços da escola, contribui para que ela aconteça; como a escola já atuou em



situações como essas; quais as experiências de cada um em situações semelhantes; o que deu certo; o que deu errado; o que cada um pode fazer para mudar isso; que estratégia coletiva será possível pensar para a transformação desse cenário.

Enfim, uma escuta qualificada envolve ações como: validar uma experiência; integrá-la numa história pessoal; recolocá-la no âmbito relacional, social e político; incluir a pessoa na própria fala (fazendo-a sair do discurso que coloca no outro a responsabilidade por tudo o que lhe acontece); transformar uma queixa num pedido ou numa ação (fazendo a pessoa sair de um lugar de passividade para outro mais ativo).

Resumir a fala de quem acaba de falar, verificar o entendimento e propor perguntas que ampliem seu olhar são formas de proporcionar uma escuta qualificada.

7. Ritualizar

Ritualizar é fazer algo para demarcar a passagem de um momento da vida, de um processo, de um costume. Fazer um ritual para delimitar o momento e o espaço de uma conversa sobre algo importante para o coletivo pode ajudar a dar contorno e a reforçar o sentido da conversa.

O ritual deve ser escolhido pelo grupo de acordo com o tema da conversa, o contexto, as pessoas envolvidas, a cultura local e dos participantes. Pode-se, por exemplo, iniciar todas as conversas colocando uma música escolhida pelo grupo como sua marca, fazendo uma prática corporal ou lúdica, repetindo a mesma frase para iniciar a conversa etc. O importante é que esse início da conversa faça sentido para todos e não se torne uma “mera burocracia”.

Um ritual de início pode levar os integrantes do grupo a se sentirem no grupo e com o grupo naquele momento, pode remetê-los a uma atitude de participação, mobilizando sua disponibilidade para o que o grupo fará em seguida.

Um ritual de encerramento pode fortalecer o momento de conversa que acabou de acontecer e favorecer a coesão entre as pessoas que dela participaram, mesmo que a conversa tenha sido difícil. Simbolicamente, sintetizando o que foi e lançando uma perspectiva de construção conjunta contínua, esse ritual deixa claro que mais um passo foi dado em direção à Educação em Direitos Humanos e dá ânimo para continuar a caminhada.

8. Construir uma relação de confiança

Os cuidados mencionados aqui ajudam a construir um espaço de confiança para que os participantes se sintam confortáveis em expor seus pontos de vista de maneira aberta e sincera e possam se comprometer com a proposta de EDH. Contudo, eles valem muito pouco se forem feitos de maneira mecânica e burocrática. Por isso, é preciso sempre ter em mente qual o principal objetivo desses cuidados: criar espaço de confiança para que o trabalho coletivo aconteça.

Indicamos aqui alguns caminhos para responder a duas questões importantes: O que é necessário para que todos se sintam dispostos a contribuir com reflexões e ações ao tratar de um tema delicado como a Educação em Direitos Humanos na escola, que exige rever a maneira como estão trabalhando os valores e como estão sendo garantidos ou violados os Direitos Humanos daqueles que pertencem à comunidade escolar? O que é necessário para que as práticas educativas e as posturas de educador sejam colocadas em questão?

Ter confiança de que o próprio ponto de vista vai ser escutado e considerado por todos.

Ter confiança de que as questões e ações colocadas pelos participantes serão discutidas com respeito.

Ter confiança de que é possível dizer o que se pensa sem ser julgado, atacado, repreendido ou socialmente penalizado por isso.

Ter confiança de que o grupo não vai minar as conversas, transformando os temas conversados e as falas de cada um em “fofocas de corredor”.

Ter confiança de que as exposições pessoais não serão feitas à toa, de que todos ali estão realmente dispostos a rever formas de fazer e a pensar estratégias de Educação em Direitos Humanos.

Ter confiança de que é possível trazer os incômodos em relação ao Projeto, além dos receios e das dificuldades pessoais, sem que seja estigmatizado como resistente.

Ter confiança de que as ações de cada um serão criticadas com respeito.

Em cada escola, de acordo com a cultura local, essa lista tende a ser um pouco diferente, mas, grosso modo, aí estão as principais questões pelas quais importa tanto cuidar para que os espaços de conversa sejam espaços de confiança.

É interessante que se retome a discussão dessa questão em diferentes momentos, para que fique claro se essa relação de confiança está sendo construída e em que ela se baseia. E, no caso de haver problemas, para que estes sejam analisados e superados.



PLANO DE AÇÃO

A concretização das intencionalidades educativas da Educação em Direitos Humanos não é uma tarefa individual, isolada. Educar é sempre prática coletiva, ainda mais quando falamos de educação em valores.

Com o mapeamento, a escola tem condições de planejar os próximos passos para concretizar as mudanças que almeja. Esse momento será de definir prioridades com base no que foi analisado, criar estratégias, atividades e se organizar para fazer com que o respeito mútuo se sustente como um valor nas diferentes instâncias da vida escolar.



Fique de olho

A leitura dos demais cadernos que compõem o material do Projeto Respeitar é Preciso! (todos ou alguns, escolhidos conforme a temática se aproxima do que foi visto no mapeamento) traz uma boa contribuição para o aprofundamento da compreensão das questões levantadas.

Atividades

AGIR COM PRIORIDADES

Os quadros construídos no mapeamento trazem, em cada campo de análise, as potencialidades que a escola tem e o que precisa mudar. Assim, é fundamental que todos tenham em mente os resultados do mapeamento para que sejam a base do plano de ação. Agora é hora de cruzar as informações dos mapas dos sonhos e dos pesadelos com a realidade explicitada no mapeamento para continuar o percurso do Projeto Respeitar é Preciso!

O trabalho feito até aqui certamente já dá uma ideia do caminho a ser seguido nos campos que foram mapeados (comunicação, regras, tempos e espaços, conteúdos e relações). Mesmo assim, é necessário se deter sobre o que foi produzido e definir



(...) a ideia de um ambiente educacional promotor dos Direitos Humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo a realização de práticas democráticas e inclusivas, livres de preconceitos, discriminações, violências, assédios e abusos sexuais, dentre outras formas de violação à dignidade humana.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

quais são, neste momento, as prioridades que a escola quer eleger, pois não será possível fazer “tudo ao mesmo tempo agora”.

Eleição de prioridades – Em grupos, os participantes retomam um dos campos de análise para, entre os itens da coluna “O que precisa mudar”, eleger aqueles que consideram mais importantes, urgentes e viáveis. Depois, é interessante não só socializar as prioridades discutidas, mas também argumentar expondo as razões para as escolhas, de modo que o conjunto dos educadores tenha subsídios para eleger juntos quais serão incluídos no plano de ação nesse primeiro momento. É fundamental ainda destacar as ações a serem evitadas a qualquer custo (os pesadelos) e deixá-los visíveis de alguma forma. Responder às perguntas sugeridas a seguir enquanto se visualizam os itens do quadro com a síntese do mapeamento pode ajudar na realização dessa tarefa: O que mais salta aos olhos e incomoda, mas pode ser mudado? Do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos: O que é mais importante? Por quê? Para quem?

É interessante que a eleição de prioridades considere o grau de urgência, por serem aspectos mais graves e/ou mais sérios, na perspectiva da EDH, e também aponte as reais possibilidades de transformação do ambiente escolar. Atenção deve ser dada para que muitas prioridades não sejam eleitas ao mesmo tempo, deixando de ser prioridades.

Vale a pena considerar o seguinte: tão importante quanto promover as mudanças eleitas pelo grupo como



necessárias e urgentes, é implantar na escola a ideia de que ninguém (ninguém mesmo) pode ser ferido em sua dignidade. As mudanças a serem implementadas só terão valor se estiverem a favor da preservação da dignidade de cada um dos atores da vida escolar.

Para finalizar esta atividade, sugerimos compartilhar as prioridades propostas em cada campo e eleger as mais urgentes, considerando as reais possibilidades da escola nesse momento.

DO PENSAMENTO À AÇÃO

Uma vez definidas as prioridades, o desafio é planejar as ações para dar conta de concretizá-las. Um plano de ação para a escola requer a tomada de decisões importantes.

Pensar nas ações necessárias para viabilizar cada prioridade – Essas ações podem ser atividades dos educadores entre si, dos educadores com os alunos, com os familiares. Para ajudar na elaboração dessas ações, lembrar que elas precisam ser bem concretas e viáveis no contexto da escola para que se possa viver a experiência de mudança. De nada vale um plano que não é passível de realização. Muitas vezes, pequenas mudanças podem ter grandes efeitos, principalmente quando são abraçadas por todos.

Portanto, também é importante:

- Que haja ações a serem realizadas por pessoas dos diferentes grupos (gestores, profissionais de apoio, familiares) e que essas ações atinjam a todos os integrantes da comunidade escolar.
- É essencial incluir a participação dos alunos nas ações.
- Atentar para a viabilidade, de modo que se consiga realizar ações com êxito.

- Considerar uma variedade de atores (alunos, educadores com diferentes funções, familiares) pode assumir a coordenação das ações, de forma que a responsabilidade pela execução do plano seja distribuída e não sobrecarregue ninguém.
- Definir a sistemática de trabalho dos responsáveis pelas ações, planejar os encaminhamentos, o cronograma de trabalho e a forma de divulgação das discussões.

O modelo a seguir indica o que precisa ser considerado para elaborar o plano de ação.

Plano de ação

O que fazer (ação)	Como fazer	Quando fazer	Quem fará (responsáveis)	Com que recursos	Parceiros possíveis	Prazo

Uma sugestão é fixar no quadro as fichas com as ações de cada campo, de modo que possam ser substituídas quando se ponderar que algo deve mudar. Essa “ferramenta” ajudará o grupo a ir tomando as decisões.



//
Mudar é difícil,
mas é possível.”

Paulo Freire

O plano entra em ação

Ainda que o Projeto Respeitar é Preciso! seja para toda a comunidade escolar, é possível que nem todos tenham podido tomar parte efetivamente do processo. Nesse momento, vale retomar com todos o plano de ação elaborado e fazer uma apresentação. Isso merece uma comemoração, por exemplo, com a atividade “Café com Respeito”, mesmo que já tenha sido realizada no início dos trabalhos.

Texto de apoio

UM PROCESSO DE MUDANÇA NO COLETIVO

Como assim “processo de mudança”? Afinal, não se trata meramente de trabalhar com Educação em Direitos Humanos na escola? Será que, para isso, não seria suficiente reforçar para as crianças pequenas a importância de respeitar os amigos, lembrá-las de agradecer, pedir por favor ou desculpas? Garantir a participação dos familiares nas festas e nas comemorações do Centro de Educação Infantil (CEI) ou da escola, ou, no caso dos adolescentes, introduzir uma disciplina sobre ética no currículo escolar ou promover discussões temáticas nas diversas disciplinas?

Se você e sua comunidade escolar estão envolvidos no Projeto Respeitar é Preciso!, é muito provável que estejam movidos por um desejo de mudança na vida escolar. Talvez reduzir a violência, talvez reforçar princípios e valores que precisam ser esteio de toda ação educativa, talvez focar aspectos da convivência escolar, ampliar participação, enfim... Uma série de mudanças que implicam não apenas eventuais ajustes no currículo, mas principalmente mudanças de hábitos, de formas de fazer no dia a dia escolar, formas de se relacionar consigo, com o outro, com a comunidade escolar e com o mundo.

É provável ainda que a mudança seja vista e vivenciada de modo diferente e particular pelos participantes. Alguns incorporam as mudanças mais rapidamente, outros, mais lentamente. Assim, durante toda a implementação desse projeto, será essencial compreender uns aos outros, aceitar e lidar com essas diferenças, pensar coletivamente qual será o papel de cada um, quais serão as necessidades a serem atendidas para que seja possível trabalhar junto, como retomar a conversa para refazer combinados quando as coisas não derem certo ou quando alguém fizer algo diferente do combinado e repactuar etc.

Comunidade escolar: um coletivo criativo

Trata-se aqui de lidar com um coletivo: a *comunidade escolar*. Entretanto, em algumas escolas, ainda não se pode falar da existência de um coletivo, mas apenas de um agrupamento de pessoas diversas que convivem em um mesmo espaço com tarefas e funções relacionadas entre si.

Se esse for o caso na escola de vocês, transformar esse agrupamento em uma comunidade será uma das tarefas do Projeto.

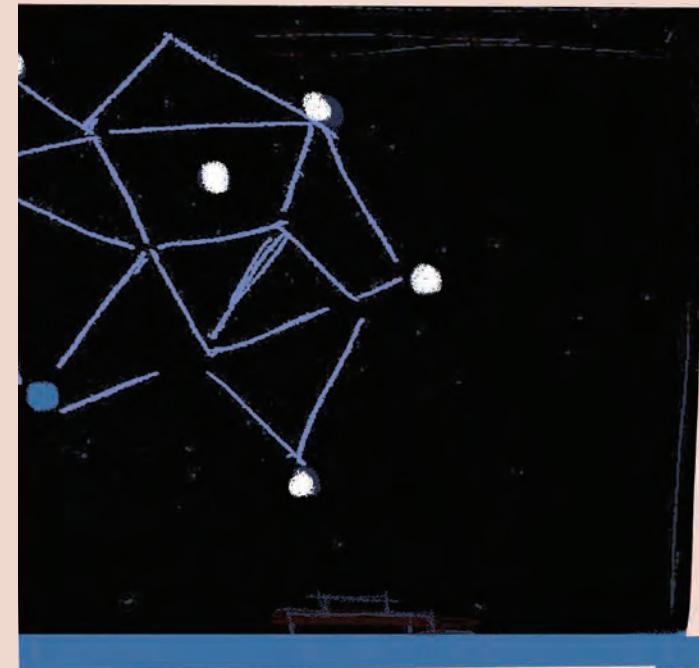
Produzir um coletivo e criar um espaço de comunidade implica estar atento às diferenças de cada um, aceitá-las, incluí-las e lidar com elas, articulando-as em torno de um objetivo comum.

Diferentemente de uma massa amorfa em que todos aparentemente concordam em tudo e caminham juntos, o que significa muitas vezes a presença de um mecanismo de opressão (mesmo que subliminar), ou mesmo de um conjunto de sujeitos que caminham cada um para uma direção apenas com a interdependência de algumas funções; trata-se de um complexo, uma miríade, que compõe uma figura, mantendo a diversidade interna, com potencialidades para caminhar em várias direções, sem decompor a figura, mas, sim, tornando-a complexa e cheia de contornos.

Um coletivo criativo e capaz de empreender um projeto comum será aquele que conseguir abrir espaço para as singularidades se manifestarem e atuarem, imprimindo um norte comum a todos. **É importante que o Eu e o Nós estejam presentes.**

Para que isso aconteça, todos precisam abrir disponibilidade para escutar as perguntas e os anseios dos demais. Se as respostas e até mesmo as eventuais críticas forem automaticamente tomadas como oposição ou sinal de resistência, má vontade etc., a tendência será perder oportunidades de compor um coletivo criativo e o resultado será uma baixa adesão ou uma adesão meramente formal (sem engajamento).

Em resumo, tanto para um primeiro momento de adesão quanto para a continuidade desse projeto, as tensões e **os conflitos precisam aparecer**, de forma que, por meio deles, se possa criar algo novo. A questão será abrir conversas em que essas tensões apareçam, num clima de respeito mútuo, sem destruir a possibilidade do coletivo.



BIBLIOGRAFIA

1. Direitos Humanos

Documentos

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.

Programas

Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.

Programa de Educación para el Ejercicio del Derechos Humanos (Eduderechos). Ministério de Educación Nacional. Colômbia, 2010.

Programa Estadual de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Educando para a Democracia. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1998.

Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.

Teaching Human Rigths: Practical Activities for Primary an Secondary Schools. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2003.

Sites

Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo

<http://www.direitoshumanos.usp.br>

Acervo muito amplo com documentos nacionais e internacionais, materiais didáticos etc.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

www.sdh.gov.br

Conectas Direitos Humanos

<http://www.conectas.org>

Site com artigos e reflexões sobre os Direitos Humanos na atualidade

DHnet, Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos/Unesco

<http://www.dhnet.org.br/direitos>

Site de consulta com informações diversas sobre os DH no Brasil e no mundo.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

<http://www.dudh.org.br>

Site com informações, vídeos, notícias e um sistema internacional de denúncias de violações.

Escola Nacional de Saúde Pública

<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/45107>

Nos 70 anos da Declaração dos Direitos Humanos, Boaventura cobra revisão do documento. *Informe ENSP*, dez. 2018.

Fala do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos na abertura do X Seminário

Internacional Direitos Humanos e Saúde e XIV Seminário Nacional Direitos Humanos e Saúde.

Human Rights

<http://br.humanrights.com/home.html>

Site com relatórios e vídeos sobre DH, incluindo o vídeo apresentado no módulo 1 do curso Respeitar é Preciso!

Instituto Vladimir Herzog

<http://vladimirherzog.org>

Site do Instituto Vladimir Herzog, instituição que visa contribuir para a reflexão e a produção de informação que garanta o direito à justiça e o direito à vida, que promove ações em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, da liberdade e da justiça social, além de exposições, debates, ações educativas e publicações que recuperam a memória e a história da ditadura e da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Memorial da Resistência

<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br>

Site do Memorial da Resistência de São Paulo, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (de 1889 à atualidade). Divulga testemunhos, exposições, debates e ações educativas ligados aos Direitos Humanos.

Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)

<http://www.nevusp.org>

Site com pesquisas e artigos sobre violência e DH.

Memoria Abierta

<http://www.memoriaabierta.org.ar>

Em espanhol, o portal da Memoria Abierta, ação coordenada de organizações argenti-

nas de Direitos Humanos, reúne informações sobre o trabalho realizado pelas 27 instituições que formam a rede latino-americana de lugares de memória e consciência. Inclui um catálogo de materiais, exposições e publicações desenvolvidas pelos membros da rede e também uma agenda coletiva que difunde as atividades vinculadas ao trabalho pela memória na América Latina.

Memórias da Ditadura

<http://memoriasdaditadura.org.br>

Realizado em parceria pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esse portal reúne informações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com áreas de interatividade e conteúdos multimídia, possibilita uma visão ampla dos fatos ocorridos no período sob os pontos de vista político, social e cultural, sempre sob a ótica da importância dos Direitos Humanos, da memória e da verdade. Além disso, a área “Apoio ao educador” traz sugestões de trabalho pedagógico.

Direitos Humanos no cinema

Cine Direitos Humanos

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=162501

Iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o Cine Direitos Humanos leva sessões gratuitas de filmes com temática de Direitos Humanos ao Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca, na região central da cidade, todos os sábados, às 11h. Basta retirar o ingresso na bilheteria. Curadoria de Francisco Cesar Filho.

CurtaDoc

<http://curtadoc.tv/tema/direitos-humanos>

O CurtaDoc é um espaço dedicado a documentários latino-americanos. O projeto

nasceu no Brasil, em 2009, como um programa para a Sesc TV e, desde 2011, mantém um acervo on-line. Um dos acervos disponíveis na internet é sobre a temática dos Direitos Humanos. Na Sesc TV, a série CurtaDoc é exibida toda terça-feira às 21h, com reprises durante a semana. Os episódios são temáticos e os convidados especiais fazem uma leitura crítica dos documentários apresentados. Há sempre entrevistas com diretores e com profissionais de várias áreas da produção audiovisual.

Entretodos

<http://www.entretodos.com.br>

Realizado pela SMDHC e pela Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, e organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos Entretodos tem como objetivo fomentar a cultura de Direitos Humanos e estimular a produção audiovisual como meio educativo e gerador de debates acerca dos Direitos Humanos.

Mostra de Cinema Direitos Humanos

<http://www.mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br>

Realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Cultura, a Mostra é uma produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com patrocínio da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Filmes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Acesso à terra*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2011.

_____. *Direitos Humanos e povos indígenas*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos, cidades e desenvolvimento*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2007.

_____. *Discriminação, minorias e racismo*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2008.

_____. *Educação e cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2009.

Longas-metragens: *Batismo de sangue* (Brasil, 2007), *Entre os muros da escola* (França, 2008), *Sobral, o homem que não tinha preço* (Brasil, 2013) e *Hoje eu quero voltar sozinho* (Brasil, 2014).

Documentários: *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006), *Muito além do peso* (Brasil, 2012) e *Tarja branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014).

Curta-metragem: *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Brasil, 1986).

Literatura infantil que aborda temas dos Direitos Humanos

COLASANTI, Marina. *A moça tecelã*. São Paulo: Global, 2004. (Contos que valorizam as mulheres.)

DAVIS, Aubrey. *A sopa de botão de osso*. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Conto popular da tradição judaica sobre a cooperação. Com temática

bastante atual, mostra como solidariedade e cooperação podem nos fazer sair bem de situações das quais não conseguiríamos individualmente.)

FETH, Monica. *Quando as cores foram proibidas*. Trad. Dieter Heidemann e Maria de Lourdes Porto. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Livro sobre justiça e responsabilidade.)

LEITE, Márcia. *Olívia tem dois papais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Livro sobre novas configurações familiares. A autora escreve sobre as configurações familiares de homossexuais.)

MACHADO, Regina. *O violino cigano e outros contos de mulheres sábias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Histórias coletadas na tradição oral de vários países e povos. Protagonizados por mulheres, os contos apresentam uma série de heroínas corajosas. Com astúcia, perseverança e sabedoria, elas enfrentam desafios e proezas, seguindo tortuosos caminhos em busca da felicidade plena.)

MUTH, Jon J. *As três perguntas: baseado numa história de Leon Tolstói*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Livro sobre escolhas e decisões.)

SEDH; MEC; UNESCO. *Os Direitos Humanos*. Ilustrações de Zivaldo. Brasília, 2008. (Comenta os DH, com foco na vida cotidiana das crianças.)

TOLSTÓI, Liev. *De quanta terra precisa um homem?* Tradução, adaptação e ilustração de Cárcamo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009. (Livro sobre justiça.)

Literatura juvenil que aborda temas dos Direitos Humanos

ALVES, Valdecy. *Declaração dos Direitos Humanos em cordel*. Fortaleza: Tupynanquim Editora, 2009.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha: histórias de verdade*. São Paulo: Ática, 1999.

BENNETT, William J. (org.). *O livro das virtudes para crianças*. Trad. Cláudia Roquete Pinto, Ricardo Silveira, Luiz Raul Machado, Lia Neiva, Carlos Alves e Sofia Sousa Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

D'ADAMO, Francesco. *A história de Iqbal*. Trad. Karina Jannini. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILIPOVIC, Zlata & CHALLENGER, Melanie (orgs.). *Vozes roubadas: diários de guerra*. Trad. Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Rui de. *Três anjos mulatos do Brasil*. São Paulo: FTD, 2011.

PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro Essex*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIQUEMAL, Michel & LAGAUTRIERE, Philippe. *Fábulas filosóficas*. Trad. Irami B. Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

RIBEIRO, Darcy & ALVES PINTO, Zivaldo. *Noção de coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

THUNBERG, Greta; THUNBERG, Svante; ERNMAN, Beata; ERNMAN, Malena. *Nossa casa está em chamas: ninguém é pequeno demais para fazer a diferença*. Trad. Sonia Lindblom. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2019.

YOUSAFZAI, Malala & LAMB, Cristina. *Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã*. Trad. George Schlesinger, Luciano Vieira Machado, Denise Bottman e Caroline Chang. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Textos teóricos sobre Direitos Humanos, democracia e cidadania

ADORNO, Sérgio. *Os primeiros 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 1999. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=887&Itemid=122. Acesso em: 19 nov. 2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. v. 1.

_____. Cidadania e direitos humanos. Em CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

_____. *Desafios para a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedac/Oikos, 2005. v. 1.

BENEVIDES, Maria Victoria & SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O eixo educador do Plano Nacional de Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos*, v. 5, p. 22-25. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

CARBONARI, Paulo César (org.). *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (coord.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DE LA TAILLE, Yves & MENIN, Maria Suzana de Stefano (orgs.). *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 65, p. 71-94. São Paulo: Cedec, 2005.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43. Universidade de São Paulo, Anpocs, 2008.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2. Campinas: Unicamp, 2010.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência: uma trajetória filosófica*. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Cortez, 2005.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. Em NALINI, José Renato & CARLINI, Angélica (orgs.). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 1, p. 89-99.

_____. O direito à educação: um longo caminho. Em BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 273-283.

VIOLA, Solon. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Unisinos, 2008.

2. Educação em Direitos Humanos

Programas

Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.

Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Sites sobre Educação em Direitos Humanos

DHnet (Educação EDH)

<http://www.dhnet.org.br/educar/index.html>

Site com diversas informações sobre EDH e que deve lançar em breve uma enciclopédia de EDH para dar apoio a planos de ação.

Portal de EDH da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo
<http://portaledh.educapx.com>

Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco

<http://observatorioedhemfoco.com.br>

Site com material pedagógico e indicações multimidiáticas.

Textos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos e escola

ARAÚJO, Ulisses F. (coord.). *Temas transversais, pedagogias de projetos e mudanças na educação*. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.)

ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO, Julio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* Convent International/USP, v. 6, p. 43-50, 2001.

_____. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 38, p. 223-237. São Paulo: Cedec, 2004.

BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. & SCAVINO, Susana B. (orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP&A, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. *Direito à educação e educação para os direitos humanos*. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 2, n.2. São Paulo, 2005.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. de 2009.

MARINHO, Genilson C. *Educar em direitos humanos e formar para cidadania no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación, Valores y Democracia*. Madri, 1998.

PONCE, Branca Jurema. Educação em valores no currículo escolar. *Revista E-Curriculum*. v. 5, n. 1. São Paulo, 2009.

RESENDE, José Manuel & GOUVEIA, Luís. As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Fórum Sociológico*, n. 23, p. 10. Lisboa, 2013.

SACAVINO, Susana B. *Democracia e educação em direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP&A/Novamerica, 2009.

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

_____. *Política para meu filho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 39, p. 31-48. São Paulo, 2013.

_____. *Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. Brasília: MEC/Programa Ética e Cidadania, 2007.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Os jovens, a escola e os direitos humanos. *Relatório de Cidadania II*. São Paulo: NEV, 2002.

YUS, Rafael. *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

3. Métodos e experiências sobre democracia, processos participativos, diálogo e conflitos na escola

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CECCON, Claudia et al. *Conflitos na escola: modos de transformar*. Dicas para refletir e exemplos de como lidar. São Paulo: Cecip/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

